



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins**



**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2011**

Março de 2012



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins**

**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2011**

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 117/2011, da Portaria TCU nº 123/2011.

Palmas - TO, Março de 2012.

RUBERVAL GOMES DA SILVA
Superintendente Regional

DANIEL MARTINS FELZEMBURG
Chefe da Procuradoria Regional

BERENICE KRAN DE OLIVERIA
Chefe da Divisão de Administração

LUIZ AMADO PEREIRA JÚNIOR
Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

BENJAMIM AURÉLIO MENDES
Chefe da Divisão de Desenvolvimento

ELEUSA MARIA GUTEMBERG
Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

EDUARDO CAMILO TERRA DOS SANTOS
Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

Missão

“Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o Ordenamento da Estrutura Fundiária nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”.

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES	8
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	14
INTRODUÇÃO	25
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	28
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	28
2. Objetivos e metas institucionais.....	29
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	29
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	31
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	34
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	35
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento	35
2.2.4 Divisão de Administração	36
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	37
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais	37
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.....	37
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	39
Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T.....	41
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	42
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	44
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	46
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	48
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	48
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	50
2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	52
2.3.2.4 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	54
2.3.2.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	57
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	59
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	59
2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	62
2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	65
2.3.3.4 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	66
2.3.3.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	68
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	70
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	70
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	73
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	73
2.3.5.2 Prevenção de Tensão Social no Campo.....	75
2.3.5.3 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários	76
2.3.6 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres.....	78
2.3.6.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural.....	78
2.3.7 Programa 1336 – Brasil Quilombola	80
2.3.7.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	80

2.3.8 Programa 1350 – Educação no Campo	83
2.3.8.1 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	83
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	85
2.3.9 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	87
2.3.9.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	87
2.3.9.2 Ação 2272 - Gestão do Programa.....	90
2.3.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo	92
2.3.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	92
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	99
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	99
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	99
2.4.3 Programação de Despesas de Capital.....	99
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	99
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	100
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	101
2.5 Indicadores Institucionais.....	105
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	116
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	116
4.1 Análise Crítica.....	117
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade	118
5.1 Composição do Quadro de servidores ativos	118
5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	123
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	124
5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada	125
5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada	127
5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	128
5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	130
6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência	131
6.1 Transferências efetuadas no exercício	131
6.2 Análise Crítica	138
7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv	139
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	140
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	141
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras..	143
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	146
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	146
11.1.1 Análise crítica:.....	147
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	149
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	151
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	154
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	155
16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	171

Parte B - Informações Contábeis da Gestão	172
17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	173
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	174
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	174
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação....	179
20. ANEXO I - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	180

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE TABELAS

Tabela I Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384	38
Tabela II Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384.....	38
Tabela III Restos a Pagar na Ação 8384	38
Tabela IV Famílias Assentadas por Forma de Obtenção	39
Tabela V Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8387	40
Tabela VI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387	40
Tabela VII Restos a Pagar na Ação 8387.....	40
Tabela VIII. Execução Detalhamento da Execução Física da Ação 8387	40
Tabela IX. Detalhamento das Vistorias.....	41
Tabela X-Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8374	42
Tabela XI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374	42
Tabela XII Restos a Pagar na Ação 8374.....	42
Tabela XIII Detalhamento Físico da Ação 8374.....	43
Tabela XIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4460	44
Tabela XV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460.....	44
Tabela XVI Restos a Pagar na Ação 4460	44
Tabela XVII Áreas Obtidas em 2011	45
Tabela XVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na ação 2272.....	46
Tabela XIX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na ação 2272	46
Tabela XX Restos a Pagar na ação 2272.....	46
Tabela XXI Execução Física das ações realizadas pela UJ	49
Tabela XXII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ	49
Tabela XXIII Restos a Pagar.....	49
Tabela XXIV - Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores e Concluídas em 2011	50
Tabela XXV Obras Contratadas com Orçamento do Exercício de 2011	50
Tabela XXVI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398	51
Tabela XXVII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8398.....	51
Tabela XXVIII Restos a Pagar na Ação 8398.....	51
Tabela XXIX – Serviços Topográficos Concluídos em 2011.....	52
Tabela XXX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358.....	53
Tabela XXXI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4358	53
Tabela XXXII Restos a Pagar na Ação 4358	53
Tabela XXXIII Atividades NE 47	54
Tabela XXXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427	55
Tabela XXXV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 0427.....	55
Tabela XXXVI Restos a Pagar na Ação 0427	55
Tabela XXXVII Execução Orçamentária Modalidade de Crédito.....	55
Tabela XXXVIII Crédito Instalação Disponibilizado.....	56
Tabela XXXIX Crédito Instalação Aplicado	56
Tabela XL Famílias Atendidas com Complementação de Credito Instalação.....	56
Tabela XLI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272.....	57
Tabela XLII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas na Ação 2272	58
Tabela XLIII Restos a Pagar na Ação 2272	58
Tabela XLIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105.....	60
Tabela XLV - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas na Ação 2105.....	60

Tabela XLVI Restos a Pagar na Ação 2105.....	60
Tabela XLVII Atividades Serviço de Cadastro Rural.....	61
Tabela XLVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426	62
Tabela XLIX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4426.....	62
Tabela L Restos a Pagar na Ação 4426.....	63
Tabela LI Certificação de Imóveis Rurais em 2010.....	64
Tabela LII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2110	65
Tabela LIII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2110	65
Tabela LIV Restos a Pagar na Ação 2110.....	65
Tabela LV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8378	66
Tabela LVI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8378	67
Tabela LVII Restos a Pagar na Ação 8378	67
Tabela LVIII Cadastro de Posses em 2011	67
Tabela LIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na 2272	68
Tabela LX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na 2272.....	68
Tabela LXI Restos a Pagar na 2272	68
Tabela LXII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4572	70
Tabela LXIII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4572.....	71
Tabela LXIV Restos a Pagar na Ação 4572.....	71
Tabela LXV-Capacitações Realizadas SR(26)TO 2011	72
Tabela LXVI Execução Física das ações realizadas pela UJ Ação 2109.....	74
Tabela LXVII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2109	74
Tabela LXVIII Restos a Pagar na Ação 2109	74
Tabela LXIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4284.....	75
Tabela LXX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4284	75
Tabela LXXI Restos a Pagar na Ação na Ação 4284	76
Tabela LXXII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4304	76
Tabela LXXIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4304	77
Tabela LXXIV Restos a Pagar na Ação 4304.....	77
Tabela LXXV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8402	79
Tabela LXXVI Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8402	79
Tabela LXXVII Restos a Pagar na Ação 8402	79
Tabela LXXVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642	81
Tabela LXXIX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 1642.....	81
Tabela LXXX Restos a Pagar na Ação 1642	81
Tabela LXXXI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370.....	84
Tabela LXXXII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8370	84
Tabela LXXXIII Restos a Pagar na Ação 8370	84
Tabela LXXXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272	86
Tabela LXXXV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272 ...	86
Tabela LXXXVI Restos a Pagar na Ação 2272	86
Tabela LXXXVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470.....	88
Tabela LXXXVIII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4470	88
Tabela LXXXIX Restos a Pagar na Ação 4470	88
Tabela XC Parcerias exercício 2011.	89
Tabela XCI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272	90
Tabela XCII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2272.....	90
Tabela XCIII Restos a Pagar na Ação 2272.....	90
Tabela XCIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000.....	93
Tabela XCV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2000.....	93
Tabela XCVI Restos a Pagar na Ação 2000	93

Tabela XCVII Contratos Administrativos.....	95
Tabela XCVIII Processos de fiscalização de imóveis rurais acima de 10.000,0000 há	176

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	28
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado.....	97
Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Módulo De Monitoramento e Avaliação - SIR.....	98
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	100
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	101
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	102
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	103
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	116
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	116
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	118
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	119
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	120
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	121
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	122
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	123
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	124
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	125
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.	127
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.	127
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva....	128
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	129
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	131
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	134
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	135
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	136
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	137
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	139
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	140
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	141
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	143
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.	146
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	146

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	147
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	149
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador.....	151
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo.....	153
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	155
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	157
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	159
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	166
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	171
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	171
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	172

LISTA DE FIGURAS

Figura I Organograma Funcional	17
--------------------------------------	----

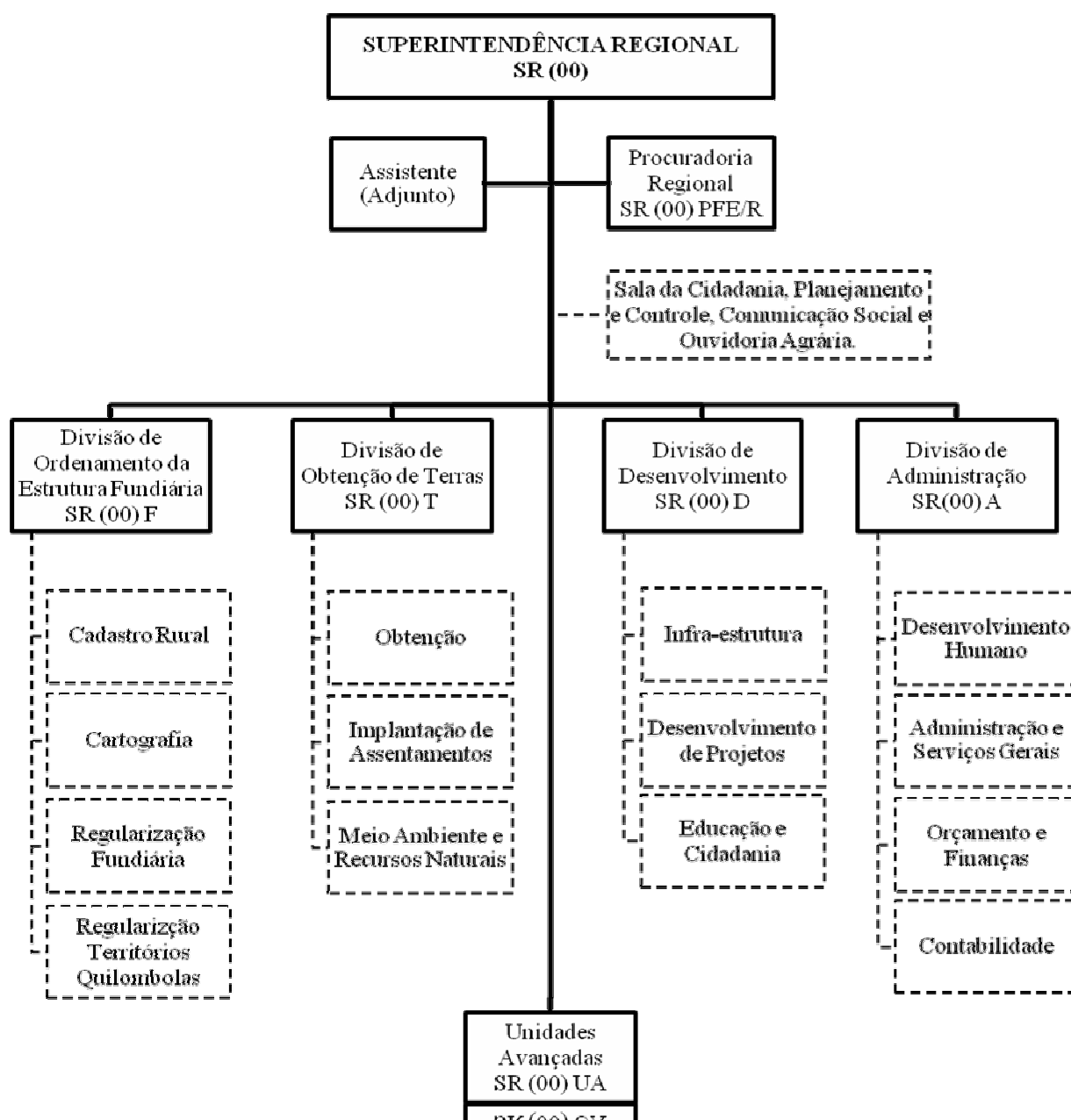
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PO - Programação Operacional
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de Protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

Figura I Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2007



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima **foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009**, que não estabeleceram novo desenho de organograma, mas apresentaram nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(00) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (00)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e

respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(00)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(00)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da

aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(00)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a

Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(00)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de

energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio; Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(00)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis;

Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) À Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - (SRFA(00)) - compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) Ao Serviço Técnico (SRFA(00)T) - Mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas; Executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional; Executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação; Executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas; Executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas; Executar a alimentação de banco de dados geoespaciais; Executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária; Analisar e verificar a consistência dos cadastros coletados para fins de atualizações cadastrais; Mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e

avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) Ao Serviço Administrativo (SRFA(00)A) - Solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Examinar as prestações de contas diárias e suprimento de fundos; Acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; Solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação; Solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência; Expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

VII) Às Unidades Avançadas - SR(00)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins tem a finalidade de dar transparência às Políticas de Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário executadas pela instituição, assim como a execução física e orçamentária, destacando as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas no decorrer do exercício de 2011. O balanço das atividades realizadas no ano em questão possibilita uma visão das ações empreendidas, bem como contribui para a publicidade dos atos e aferição se os objetivos e metas estabelecidas foram alcançados.

O mesmo está organizado em três partes, sendo que na primeira, Parte A, em conformidade com a Decisão Normativa - TCU nº 108 de 24 de novembro de outubro de 2010, apresenta o Conteúdo Geral (Informações da Gestão), como informações de identificação da SR(26)TO, planejamento e gestão orçamentária e financeira, transferências voluntárias e outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício

Na segunda parte, B, são apresentadas as informações contábeis da gestão, como declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) .

Na terceira parte, denominada C, são apresentados os conteúdos específicos da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins – SR(26)/TO, como o levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares, em conformidade com a Portaria INCRA/P nº 12 de 24/1/2006 e principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Os itens Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo, Programação Orçamentária da Despesa, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência e Informações sobre Renúncias de Receitas não se aplicam a UJ, pois a as Unidades Gestoras que a compõem não são Unidades Orçamentárias (UO) e não têm Unidade Gestora Orçamentária (UGO) consolidada ou agregada.

Quanto aos Itens Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos e Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno, apesar de se aplicarem à natureza da UJ, não houve ocorrências no exercício.

A dotação orçamentária prevista para a SR(26)TO, conforme a Lei Orçamentária 2011 e Programação Operacional 2011, no exercício em análise foi de R\$ 76.641.352,10 (setenta e seis milhões, seiscentos e quarenta e um mil e trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos). Desse montante, grande parte, R\$ 51.245.219,13 (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e dezenove reais e treze centavos) foram aportados na ação 0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas.

Deve-se registrar que a Programação Operacional 2011 da Autarquia só foi aprovada no final de junho de 2011, isso aliado ao quadro reduzido de servidores e a insuficiência de recursos financeiros foram os principais limitadores a realização e ao cumprimento adequado das metas por esta Superintendência Regional.

Nesse contexto, também, é necessário relatar que no decorrer do exercício de 2011 o INCRA/SEDE não promoveu ajustes na Programação Operacional. Assim, a execução de várias ações apresentou distorções em relação ao planejamento inicial.

Apesar dos entraves operacionais citados acima, merecem destaque as alternativas adotadas pela Regional a fim de resolver problemas crônicos, como a certificação de imóveis rurais e os investimentos em infraestrutura básica nos projetos de assentamento.

Na questão relativa à certificação, o Incra estabeleceu cooperação nacional com o Exército Brasileiro, em novembro, para análise dos processos de georreferenciamento de imóveis rurais a fim de assegurar a certificação dessas propriedades. Em fevereiro de 2012, a Superintendência Regional enviou, no primeiro lote, mil processos para análise em Brasília (DF), conforme previsto na cooperação.

Em outubro de 2011, a Regional firmou ainda cooperação com o Governo do Estado, que colocou servidores à disposição da autarquia para auxiliar nas atividades administrativas e operacionais da área de certificação. As medidas adotadas tornaram mais célere a certificação dos imóveis rurais, conforme descrito no demonstrativo da ação.

Em relação à insuficiência de recursos para atender a demanda de obras de implantação e recuperação de estradas em projetos de assentamento, a Regional assinou convênio com o Governo do Estado para execução de 4.270 quilômetros de estradas. A parceria permitirá a execução das obras de engenharia a um custo menor, possibilitando a construção de mais vias de acesso com o recurso disponibilizado, cujo valor supera os recursos historicamente destinados à instituição no estado, conforme detalhado no demonstrativo da ação. Com a medida, a Superintendência optou por reduzir os convênios com municípios.

Vale mencionar que a partir do exercício de 2009 a competência para coordenar e supervisionar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal foi transferida pelo prazo de cinco anos, prorrogável, por igual período, conforme definido pela Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA.

Nesse contexto, a execução e monitoramento do Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, nas ações 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, 8370- Retomada de Terras Públicas e 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional (Glebas), ficaram a cargo da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, vinculada ao MDA, que detém a competência para a execução das medidas administrativas e atividades operacionais relacionadas à regularização fundiária na Amazônia Legal, sendo que no âmbito dos estados essas atividades são executadas por meio das Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

As informações relativas a execução física (meta realizada) das Ações foram divididas em duas células, sendo que a coluna “iniciada no exercício” se refere à execução física da ação, que teve seu início e conclusão no mesmo exercício; e a coluna “iniciada em exercícios anteriores” corresponde a execução física que teve seu início em exercícios anteriores a 2011, porém com conclusão em 2011. Exceção feita às ações “continuadas” (2B06, 4470 e as do Programa 1350) que para o cálculo da meta também são considerados os produtos que estão em fase de execução, como por exemplo aluno em sala de aula, ou família com atendimento de ATES, uma vez que o que efetivamente importa nestes casos é a pessoa ou família que foi ou está sendo beneficiada no exercício e não a conclusão dos contratos e convênios relacionados.

Por fim, as informações contidas neste relatório foram extraídas do Módulo SIR de Monitoria Avaliação, SIAFI e relatórios setoriais das Divisões e Diretorias que compõem a estrutura funcional do Incra. Informações estas que refletem a execução de 10 (dez) programas governamentais, conforme listados abaixo:

- a) 0135 - Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais;

- b) 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento;
- c) 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas;
- d) 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário;
- e) 1120 - Paz no Campo;
- f) 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres;
- g) 1336 - Brasil Quilombola;
- h) 1350 - Educação do Campo (PRONERA);
- i) 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (ATES);
- j) 0750 - Apoio Administrativo.

PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: SR-26/TO			
Código SIORG: 4148	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373085	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração indireta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones:	(63) 3219-5200 (63) 3219-5201	Fax	(63) 3219-5205
Endereço eletrônico: www.incra.gov.br			
Endereço Postal: 302 Norte, Alameda 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte. CEP 77.006-336 Palmas-TO			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 95, de 8 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991, com definição de competências atribuídas pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133084	Unidade Avançada de Araguaína		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373079	Unidade Avançada de Gurupi		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373086	Unidade Avançada de Araguatins		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373085		37201	
133084		37201	
373079		37201	
373086		37201	

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A missão institucional do INCRA é implantar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, com a visão de futuro ser referência internacional de soluções de inclusão social. A atuação da autarquia é pautada pelas seguintes diretrizes estratégicas:

➤ Primeira Diretriz

O Incra implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso a terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade.

➤ Segunda Diretriz

O Incra Implementará a reforma agrária de forma participativa reafirmando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias e da sociedade civil organizada.

➤ Terceira Diretriz

O Incra implementará a reforma agrária de forma a fiscalizar a função social dos imóveis rurais, contribuindo para a capacitação dos assentados, o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas.

➤ Quarta Diretriz

O Incra implementará a reforma agrária buscando a qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e a assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes, contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo.

➤ Quinta Diretriz

O Incra implementará a reforma agrária pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas e gerenciará a estrutura fundiária nacional pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais, contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Regimento Interno, a Superintendência Regional do Estado do Tocantins (SR-26/TO) é um órgão descentralizado que tem a competência de coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos, assim definidos:

- **Gerenciamento da estrutura fundiária:** gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (Lei 5.868/72); fiscalização cadastral; implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Lei 10.267/01); emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); treinamento e capacitação das Unidades Municipais de Cadastramento.
- **Regularização da estrutura fundiária:** georreferenciamento de imóveis; destinação de terras públicas; discriminação e arrecadação de terras devolutas; regularização e titulação de quilombolas.
- **Implantação e desenvolvimento de assentamentos:** cadastramento e seleção de famílias; obtenção de terras; criação de projetos de assentamento; assessoria técnica, social e ambiental; topografia; licenciamento ambiental; concessão de créditos de instalação; infraestrutura básica; crédito para investimento e custeio da produção; fomento à agroindústria e à comercialização; concessão de títulos de domínio e posse às famílias assentadas; recuperação de passivo ambiental; programas e ações nas áreas de educação, cidadania e igualdade de direitos de gênero, raça e etnia.

A execução das ações da Superintendência Regional do Tocantins tem como objetivos:

- a) Promover o acesso à terra;
- b) Implantar ações para incentivar a produção, a geração de renda e o acesso a direitos fundamentais dos agricultores familiares assentados em parcerias com outros entes governamentais;
- c) Assegurar a qualificação dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva;
- d) Gerenciar a estrutura fundiária no Estado com a gestão e a fiscalização cadastral dos imóveis rurais e a certificação das propriedades rurais.

Em relação à execução da política de reforma agrária, as ações do Incra visam promover a obtenção de terras para a implantação de projetos de reforma agrária, o licenciamento ambiental dos projetos, o cadastro e a seleção de famílias beneficiárias, a aplicação de créditos para a instalação dos projetos, a contratação e a prestação de serviço de assessoria técnica para os assentamentos, a execução de obras de infraestrutura e a concessão de créditos produtivos.

Na área de gerenciamento e regularização da estrutura fundiária, a Superintendência Regional é responsável pela atualização e fiscalização cadastral das propriedades rurais, certificação dos processos de georreferenciamento das propriedades rurais, fiscalização da aquisição de terras por estrangeiros, emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, além das ações de reconhecimento, regularização e titulação de territórios de comunidades remanescentes de quilombos.

Estes programas e ações serão descritos e detalhados no presente relatório, mas citamos em linhas gerais:

- a) Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas;
- b) Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais;

- c) Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária;
- d) Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária;
- e) Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária;
- f) Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;
- g) Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas;
- h) Assistência Técnica e Capacitação de Assentados;
- i) Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento;
- j) Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- k) Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas;
- l) Gerenciamento do Cadastro de Imóveis Rurais;
- m) Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional;
- n) Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos;

O público alvo da Superintendência Regional do Tocantins é composto por assentados, famílias acampadas, agricultores familiares que vivem em comunidades rurais tradicionais, populações ribeirinhas, atingidas por barragens e outras obras de infraestrutura, mulheres e jovens trabalhadores rurais. Historicamente, a instituição tem privilegiado as ações de implantação da política de reforma agrária, mas nos últimos anos tem investido nas ações de gerenciamento e ordenamento da estrutura fundiária.

A Regional trabalha com um público de 23.663 famílias assentadas (fevereiro de 2012), administrando 368 projetos de reforma agrária, que totalizam 1.214.121 hectares, distribuídos em 101 municípios tocaninenses. Até dezembro de 2011, 1.385 famílias demandavam a criação de novos projetos para assentamento de trabalhadores rurais sem terra.

Não há demanda de desintrução de ocupantes de áreas indígenas. Em relação às comunidades quilombolas, há 29 processos formalizados de identificação, delimitação, demarcação e criação de territórios no estado.

A sede SR-26 está instalada em Palmas e a Regional possui ainda Unidades Avançadas nos municípios de Araguaína, Araguatins e Gurupi. Foi criada pela Portaria nº 95, de 08/08/91, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

A Superintendência Regional do Tocantins adotou as seguintes estratégias de atuação para assegurar a execução das metas e atribuições institucionais:

- a) Reuniões periódicas com os movimentos sociais e representações dos trabalhadores rurais para apontar demandas e prioridades no assentamento de trabalhadores rurais sem terra e para informar sobre a execução das ações na área;
- b) Reuniões em Projetos de Assentamentos a fim de levantar demandas específicas das famílias assentadas;

- c) Reuniões com gestores municipais e estaduais para discutir demandas dos assentamentos e estratégias de atuação a fim de solucionar as questões apresentadas pelas famílias assentadas;
- d) Definição de áreas prioritárias para intervenção com a identificação de imóveis com perspectiva de assentamento de famílias sem terra de acordo com a demanda apresentada pelos movimentos sociais, priorizando as áreas de conflito agrário e acampamentos de trabalhadores rurais;
- e) Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento, com orientação aos sindicatos de trabalhadores rurais e associações de sem terra sobre o perfil e a aptidão necessários, assim como os impedimentos e os critérios de cadastro, seleção, legitimação e homologação;
- f) Acompanhamento e fiscalização do serviço de assessoria técnica a fim de promover assessoramento técnico, social e ambiental dos assentados com o objetivo de fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis;
- g) Acompanhamento da situação sócio-econômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas durante as visitas dos técnicos na execução de ações ou ainda com o apoio das prestadoras de assessoria técnica;
- h) Apoio das prestadoras de assessoria técnica na implantação de modalidades do Programa de Crédito Instalação na área produtiva com capacitação e orientação técnica sobre o desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- i) Estabelecimento de parcerias com outras esferas governamentais, na forma de convênios sob supervisão e fiscalização da Regional, com o objetivo de executar serviços de engenharia para implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento;
- j) Capacitação e promoção do acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária com o acompanhamento e a fiscalização do convênio do Pronera, além de discussões com instituições de ensino a fim de elaborar propostas pedagógicas de novos cursos;
- k) Reuniões para discutir ações e propostas a fim de qualificar a Educação do Campo com a participação da Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, Ministério Público Federal, Incra, Universidade Federal do Tocantins, Universidade do Estado do Tocantins, representações dos movimentos sociais (MST, CPT, MAB, Fetaet e Via Campesina), Fórum dos Educadores do Campo, Escola Família Agrícola de Porto Nacional, e Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.
- l) Gerenciamento da estrutura fundiária com a gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) por meio da atualização de dados dos imóveis, fiscalização cadastral, georreferenciamento das propriedades e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);

- m) Realização de termo de cooperação com o Exército Brasileiro e Governo do Estado do Tocantins para acelerar tramitação e análise dos processos de georreferenciamento de imóveis rurais no estado;
- n) Treinamento dos gestores das Unidades Municipais de Cadastramento para assegurar os serviços de atualização e emissão do CCIR;
- o) Gestão para reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra por meio da intervenção do ouvidor agrário regional.

Em relação às estratégias adotadas pela instituição para assegurar a execução das metas institucionais, destacamos em linhas gerais as seguintes medidas, que foram detalhadas em seus respectivos programas e ações:

➤ **Infraestrutura dos assentamentos:**

O Incra realizou seminários regionais no segundo semestre de 2010 para identificar as demandas de infraestrutura dos projetos de assentamento. Com base no levantamento, discutiu com o Governo do Estado a realização de convênio para execução de obras, firmado em 26 de outubro de 2011. A parceria prevê a execução de 4.276 quilômetros de estradas vicinais, com investimento da autarquia de R\$ 19 milhões e contrapartida do Estado de R\$ 12,9 milhões.

Ainda em 2011, apresentou ao Ministério de Integração Nacional e à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário a demanda de implantação de 20 mil pequenas barragens para assegurar a perenização de água para uso produtivo. As discussões continuam e a expectativa é que seja firmado convênio em 2012 entre o Ministério e a Secretaria de Estado para execução das obras.

Em relação ao abastecimento e saneamento básico, foram realizadas discussões entre Incra, Fundação Nacional de Saúde, Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário e Agência Tocantinense de Saneamento para definir conjuntamente o planejamento das ações na área e a execução de obras de abastecimento (poços artesianos e rede de distribuição) nos assentamentos. Em ambos os casos, o Incra identificou e apresentou as demandas, convidando as instituições para debater o tema a fim de atender às necessidades do público da instituição.

➤ **Ordenamento Fundiário:**

Para acelerar a análise dos processos de georreferenciamento de imóveis rurais, o Incra Sede e o Comando do Exército Brasileiro assinaram termo de cooperação para análise dos processos, em novembro de 2011. Em fevereiro de 2012, a Superintendência Regional encaminhou mil processos para serem analisados em Brasília (DF) pelas equipes técnicas do Exército.

Paralelamente, o Incra firmou termo de cooperação, em outubro de 2011, com a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, que colocou à disposição servidores para auxiliarem nos trabalhos de apoio administrativo dos setores envolvidos com os trabalhos de análise e certificação dos processos de georreferenciamento de imóveis rurais no Incra.

Em relação à regularização dos territórios quilombolas, a Regional realizou convênio com a Universidade Federal do Tocantins para elaboração conjunta do relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) de seis comunidades quilombolas. Por meio de licitação nacional realizada pelo Incra Sede, foram contratados os serviços de elaboração de laudo antropológico de outras dez comunidades quilombolas no estado, que integraram o RTID.

➤ **Reforma Agrária:**

Em 2011, o Incra realizou reuniões periódicas com os movimentos sociais com o objetivo de definir prioridades nas ações de obtenção de terras para implantação de assentamentos. Nos encontros foram estabelecidos compromissos e metas para a obtenção de terras, apresentadas as ações realizadas e o estágio de cada processo de desapropriação. Também foram discutidas alternativas e medidas para solucionar ou evitar conflitos agrários em determinadas regiões do Estado, em especial, nas áreas de acampamento, como por exemplo, na desocupação pacífica de dois imóveis rurais localizados em Palmas.

Deve-se destacar a atuação da Ouvidoria Agrária Regional no acompanhamento de denúncias de conflitos agrários e ameaças contra trabalhadores rurais, orientando e auxiliando os trabalhadores, além de solicitar ações aos órgãos pertinentes, como Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Polícias Federal, Militar e Civil. Em 2011, após tratativas da Ouvidoria Agrária foram instalados no Estado núcleos agrários da Defensoria Pública Estadual, Polícia Militar e Polícia Civil, que têm atuado na apuração de denúncias de conflitos no campo, com o apoio da Ouvidoria Agrária Regional.

A adoção das estratégias citadas assegurou a execução da maioria das políticas de responsabilidade do órgão, apesar dos entraves legais/ administrativos e as dificuldades operacionais de recursos humanos, materiais e financeiros. Abaixo, informamos os entraves e os pontos deficitários na execução das atribuições da SR-26, localizados, no âmbito de atuação de cada divisão.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

- Insuficiência de equipamentos para execução das ações de gerenciamento e ordenamento da estrutura fundiária;
- Falta de servidor com formação em antropologia para ações de regularização dos territórios quilombolas;
- Morosidade dos cartórios de registro de imóveis em atender solicitações de certidões;
- Recursos insuficientes para atender a demanda de capacitação dos servidores em perícia agrária, legislação cadastral, ambiental e regularização de quilombolas.
- Necessidade de readequar o espaço físico da Divisão para melhorar a organização e a execução das ações.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

- Legislação ambiental que não diferencia assentamento da reforma agrária de empreendimento comercial e industrial, dificultando a agilidade dos trabalhos de licenciamento;
- Necessidade de regulamentar a desapropriação em função de ação judicial trabalhista e ambiental;
- Necessidade de revisão dos índices de produtividade dos imóveis rurais;
- Recursos insuficientes para atender a demanda de capacitação periódica de servidores em perícia judicial, legislação ambiental, processamento e análise de imagens, licitação, contratos e convênios;
- Insuficiência de equipamentos para ações de obtenção de terras;
- Morosidade do órgão ambiental estadual em analisar os requerimentos de licenciamento ambiental;
- Dificuldade em realizar parcerias para investimento nas áreas de manejo e recuperação ambiental de assentamentos, assim como o reduzido número de empresas habilitadas a prestar serviços na área.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento

- Insuficiência de servidores para execução das ações de implantação, desenvolvimento e consolidação dos projetos de assentamento;
- Problemas de regularidade fiscal das prefeituras para firmar convênios visando a implantação ou recuperação de infraestrutura básica nos assentamentos;
- Baixa capacidade operacional das entidades prestadoras de serviços de assessoria técnica em atender ao total de famílias assentadas no estado;
- Rotatividade de beneficiários nos assentamentos, dificultando a aplicação de créditos e demais políticas;
- Insuficiência de pessoal para acompanhar, monitorar e analisar os convênios e contratos de assessoria técnica, infraestrutura e Pronera;
- Resistência de fornecedores em participar das pesquisas de preço relativas à execução do Programa de Crédito Instalação.

2.2.4 Divisão de Administração

- Recursos alocados na programação operacional abaixo da necessidade real para pagamento das despesas essenciais e contratos administrativos;
- Atrasos na descentralização de recursos financeiros para fazer face às obrigações dos contratos de prestação de serviços;
- Insuficiência de servidores para execução, supervisão e fiscalização das ações e contratos administrativos;
- Necessidade de ampliar a frota de veículos para atender a demanda de viagens a campo para execução das metas institucionais;
- Falta de servidores com qualificação necessária para presidir comissões administrativas disciplinares.

Gabinete

- Número reduzido de servidores para compor a Seção de Planejamento e Controle, nas áreas de atuação do setor;
- Insuficiência de servidores na Sala da Cidadania a fim de melhorar e acelerar o atendimento da demanda do público com o objetivo de centralizar a atenção no setor;

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Luiz Amado Pereira Júnior

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (%), Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade).

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

Principais ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras.

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ tendo em vista que esta Regional não gerencia programas governamentais inscritos na Lei do Plano Plurianual

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela I Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384

Programa de Trabalho ²	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	1.380	1.166	-	1.166	84,49	214

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIPRA (26-01-2012).

Tabela II Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
143.675,44	130.214,40	124.011,85	95,24	107.529,62	82,58	107.529,62	82,58

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela III Restos a Pagar na Ação 8384

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
21.613,00	6.613,00	15.000,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela II, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 143.675,44 (cento e quarenta e três mil, seiscentos setenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos), contudo foram provisionados R\$ 130.214,40 (cento e trinta mil, duzentos e quatorze reais e quarenta centavos), que representa 90,63% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 124.011,85 (cento e vinte e quatro mil, onze reais e oitenta e cinco centavos) dos quais foram pagos R\$ 107.529,62 (cento e sete mil, quinhentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), que representa 82,58% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 16.482,23 (dezesseis mil quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos).

A meta física programada para o exercício de 2011 era assentar inicialmente 1.380 (um mil e trezentos e oitenta) famílias, todavia foram assentadas 1.166 (um mil cento e sessenta e seis) famílias, que correspondem a 84,49 % da meta programada.

Registra-se que, o indicador utilizado para aferir o alcance da meta física é família assentada. Esse indicador é captado pelo quantitativo de famílias homologadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Porém, antes de serem homologadas no SIPRA, as famílias passam pelas fases de cadastramento, seleção, classificação, legitimação e conferências de informações pela Controladoria Geral da União-CGU.

² Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

A maior parte das famílias beneficiadas no exercício, 1.020 (um mil e vinte), foi assentada em Projetos de Assentamentos criados em anos anteriores, parcelas vagas e retomadas, enquanto 146 (cento e quarenta e seis) foram assentadas em projetos criados no exercício de 2011. Abaixo, demonstra-se o número de famílias assentadas por forma de obtenção.

Tabela IV Famílias Assentadas por Forma de Obtenção

Forma de Obtenção	Nº Famílias
Família Assentada em Área Desapropriada	859
Família Assentada em Área Comprada	169
Família Assentada em Área Arrecadada	110
Família Assentada em Área Obtida Através de Outras Formas	28
Famílias Assentadas em PA's criados em exercícios anteriores	1020
Famílias Assentadas em PA's criados no exercício de 2011	146

Fonte: Relatório SIPRA (26-01-2012)

É necessário esclarecer que o não alcance da meta física estabelecida deve-se, principalmente, à insuficiência de orçamento para obtenção de imóveis rurais decretados para fins de interesse social. A Regional encaminhou para o Incra/Sede processos de 11 (onze) imóveis rurais para pagamentos de TDAs e benfeitorias, visando a desapropriação para criação de assentamentos. Contudo, apenas oito imóveis tiveram liberação de orçamento no exercício, ocorrida no segundo semestre.

Registra-se que nesse contexto a Presidência do Incra acordou com as Regionais a redução da meta física da ação, todavia não foi oficializada a correção do caderno de metas. Assim considerando o acordado com Presidência, a meta seria de 1.000 (um mil) famílias, o que corresponderia a uma execução de física de 116,60%.

Por fim, levando-se em consideração o orçamento efetivamente liberado para utilização em empenhos, pode-se afirmar que houve resultado satisfatório na execução orçamentária desta Regional, bem como ao analisarmos o indicador da utilização da meta física em detrimento ao inicialmente programado o seu cumprimento está em níveis satisfatórios.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schimidt

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela V Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8387

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8387	A	3	Área Vistoriada	78.000	57.475,76	-	57.475,76	73,69	20.524,23

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela VI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
237.000,00	250.283,66	230.638,87	92,15	218.605,92	87,34	217.644,84	86,96

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela VII Restos a Pagar na Ação 8387

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
9.815,21	3.995,78	5.376,47	442,96

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela VI, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 237.000,00 (duzentos e trinta e sete mil reais), contudo foram provisionados R\$ 250.283,66 (duzentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta e três reais e sessenta e três centavos), que representa 105,60% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 230.638,87 (duzentos e trinta mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e sete reais) dos quais foram pagos R\$ 217.644,84 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), que representam 86,96% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 12.994,03 (doze mil reais, novecentos e noventa e quatro reais e três centavos).

A meta física programada para o exercício de 2011 era vistoriar 78.000,00 ha (setenta e oito mil hectares), todavia foram vistoriados 57.475,77 ha (cinquenta e sete mil hectares, quatrocentos e setenta e cinco ares e setenta e sete centiares), que correspondem à execução de 73,69% da meta física programada para o exercício, conforme detalhamento abaixo.

Tabela VIII. Execução Detalhamento da Execução Física da Ação 8387

Tipo de Atividade	Hectares	Quant.(imóveis)
Vistoria Preliminar	55.782,93	17
Vistoria para Avaliação	1.692,83	3
Total	57.475,76	20

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (12-03-2011).

Tabela IX. Detalhamento das Vistorias

Município	Tipo de Vistoria	Imóvel	Área (ha)
Campos Lindos	Preliminar	Fazenda Susuarana	4.640,28
Carmolândia	Preliminar	Fazenda Vera Cruz	1.777,37
Carmolândia	Preliminar	Fazenda Primavera	1.768,52
Araguaçu	Preliminar	Fazenda Sacipan I	4.570,93
Babaçulândia	Preliminar	Fazenda Ipê Junqueira	1.847,87
São Bento do Tocantins	Preliminar	Fazenda Terra Dura	6.376,70
Luzinópolis	Preliminar	Fazenda São Joaquim	1.836,20
São Sebastião do Tocantins	Preliminar	Fazenda Osara II	8.354,69
Araguaína	Preliminar	Fazenda 4 Irmãos	1.762,70
Piraquê	Preliminar	Fazenda Brejão I e II	4.076,61
Araguaçu	Preliminar	Fazenda Asa Branca	1.525,37
Araguaçu	Preliminar	Fazenda São Bento	4.966,70
Santa Fé do Araguaia	Preliminar	Fazenda Inajá	3.768,63
São Bento do Tocantins	Preliminar	Fazenda Maju II	723,00
Nova Olinda	Preliminar	Fazenda Boa Esperança	1.384,00
Esperantina	Preliminar	Fazenda São Judas Tadeu	4.031,36
Palmeirante	Preliminar	Fazenda Guariroba	2.372,00
Pindorama	Avaliação Agronômica	Fazenda St. Tereza I	557,81
Pindorama	Avaliação Agronômica	Fazenda St. Tereza II	521,64
Pindorama	Avaliação Agronômica	Fazenda St. Tereza III	613,39
Total			57.475,76

Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T.

O indicador utilizado para aferir o alcance da meta é mensurado a partir dos resultados das vistorias preliminares e de avaliação agronômica, por conta dessa limitação, não são computadas no resultado da meta as atividades complementares a ação, as quais demandam tempo e recursos significativos, como o acompanhamento de perícias judiciais, notificações a proprietários rurais, levantamento de cadeia dominial de imóveis, imissão da posse de imóveis rurais desapropriados e elaboração de anteprojeto dos assentamentos a serem criados.

Nas vistorias preliminares, objetiva-se aferir o cumprimento da função social da propriedade, destinando imóveis improdutivos para os procedimentos preparatórios de desapropriação a fim de criar Projetos de Assentamentos. Já nas vistorias de avaliação agronômica identificam-se principalmente os valores de mercado dos imóveis.

Vale registrar que no exercício de 2011 foram vistoriados 44 (quarenta e quatro) imóveis rurais localizados em áreas remanescentes de quilombos, totalizando 41.925,050 (quarenta e um mil, novecentos e vinte e cinco hectares cinquenta ares), contudo, apesar do quantitativo expressivo, as mesmas não são contabilizadas na execução da meta física da ação.

Essas vistorias compõem sub-fases da Ação 1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos e são obrigação legal da Autarquia conforme decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Por último, justifica-se que o não cumprimento da meta física da ação em sua totalidade, deve-se, principalmente, capacidade operacional reduzida da Divisão de Obtenção de Terras e o deslocamento de servidores para a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária a fim realizar vistorias de imóveis rurais localizados em áreas de regularização de territórios quilombolas.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela X-Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8374

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	33	44	0	44	133,33	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012).

Tabela XI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
86.669,37	708.783,85	708.066,06	99,90	400.852,26	56,55	400.097,18	56,45

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XII Restos a Pagar na Ação 8374

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
1.034.359,63	910.566,18	87.873,33	35.920,12

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XI, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 86.669,37 (oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e sete centavos), contudo foram provisionados R\$ 708.783,85 (setecentos e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta cinco), que representa 817,80% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 708.066,06 (setecentos e oito mil, sessenta e seis reais e seis centavos), dos quais foram pagos R\$ 400.097,18 (quatrocentos mil reais, noventa e sete reais e dezoito reais), que representa 56,45% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 307.968,88 (trezentos e sete mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

Registra-se que o descompasso, 817,80%, entre o valor programado e a provisão recebida deve-se ao custo subdimensionado, por parte do Incra/Sede, das taxas de protocolo de licenças, uma vez que a Coordenação Nacional de Meio Ambiente ao consignar os créditos da ação para cada Regional, leva-se em consideração média do custo nacional, e não o custo de protocolo de cada Estado.

Assim, o valor previsto no orçamento era insuficiente para cobrir os custos com as taxas de protocolo das licenças, sendo que o crédito orçamentário para suportar essas despesas foi provisionado no segundo semestre do exercício de 2011, após apresentação de demandas pelo Serviço de Meio Ambiente desta Regional ao Incra/Sede.

A meta física inicialmente programada foi o protocolo de 33 (trinta e três) licenças ambientais, todavia foram protocoladas 44 (quarenta e quatro) licenças, representando uma execução física de 133,33%. Registra-se que para efeito de cumprimento de meta considera-se apenas os protocolos de Licenças Prévia - LP ou Licença de Instalação e Operação - LIO, Abaixo, o detalhamento físico da ação.

Tabela XIII Detalhamento Físico da Ação 8374

Descrição	Nº
Licença Prévia (LP) ou Similar Emitida	5
Licença Prévia (LP) ou Similar Protocolada	1
Licença de Instalação e Operação (LIO) ou Similar Protocolada	43
Outras Licenças Protocoladas ³	4
Assentamentos com Licença Prévia (LP) ou similares em vigor	53

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (02-03-2012)

Conforme Tabela X, houve um incremento significativo, de 33,33% na execução física da ação, isso ocorreu devido ao protocolo da Licença de Florestal da Propriedade Rural/LFPR não ser mais considerada como requisito para o protocolo das LPs e LIOs nos Projetos de Assentamentos, o que só foi possível em decorrência da publicação da Resolução COEMA nº 24/2011 de 16 de junho de 2011.

³ LFPR e Autorização para queimadas controladas em projetos de assentamentos.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4460

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.0135.4460	A	3	Área Obtida	10.400,00	-	15.758,03	15.758,03	151,52	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela XV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
13.096.000,00	6.061.665,95	6.060.471,47	99,98	4.510.939,34	74,42	4.510.939,34	74,42

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XVI Restos a Pagar na Ação 4460

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XV, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 13.096.000,00 (treze milhões e noventa e seis mil), foram provisionados R\$ 6.061.665,95 (seis milhões, sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), o que representa 46,29% do valor previsto, desses foram empenhados R\$ 6.060.471,47 (seis milhões, sessenta mil quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e sete centavos) dos quais foram pagos 4.510.939,34 (quatro milhões, quinhentos e dez mil, novecentos e trinta e nove reais e trinta e quatro centavos), que representa 74,42% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 1.549.532,13 (um milhão, quinhentos e quarenta e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e treze centavos).

Embora haja recursos previstos pagamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA na programação operacional 2011 desta Regional esclarece-se que esses recursos são executados e gerenciados pelo Incra/Sede. Nesta regional são provisionados executados apenas os recursos referentes ao pagamento de benfeitorias e sobras de TDAs (R\$ 6.061.665,95).

A meta física programada para o exercício de 2011 era de obter 10.400,00 ha (dez mil e quatrocentos hectares), todavia foram obtidos 15.758,03 ha (quinze mil hectares, setecentos e cinquenta e oito ares, e três centiares), representando 151,52 % de execução da física, sendo que para efeito de realização da ação é considerado como imóvel obtido aquele cujo TDAs e pagamentos de benfeitorias foram empenhados no exercício.

É importante registrar, que o alcance de resultados desta ação, em parte, está fora da governabilidade desta Superintendência, uma vez que o mesmo está diretamente relacionado às questões de disponibilidade orçamentária e financeira por parte do Incra/Sede para aquisição de imóveis.

Dos imóveis obtidos no exercício 06 (seis) foram via desapropriação, em que apenas os imóveis improdutivos declarados em vistoria preliminar são passíveis de desapropriação e os outros 02 (dois) foram obtidos via Decreto nº 433/92 (compra e venda). Abaixo, demonstra-se a relação dos imóveis obtidos no exercício de 2011.

Tabela XVII Áreas Obtidas em 2011

Imóvel⁴	Município	Área avaliada (ha)	Capacidade (Famílias)	R\$ TDA	Benfeitorias⁵
Faz. Das Cabras	Figueirópolis	2.193,33	80	3.201.499,10	1.583.220,89
Faz. Volta Grande	Araguaína	2.927,52	88	8.397.676,88	147.404,76
Faz. Mutamba	Arapoema	995,58	20	1.215.668,30	498.355,98
Faz. Santa Tereza I	Santa Rosa do Tocantins	551,49	14	548.929,58	674.553,23
Faz. Santa Tereza III	Pindorama do Tocantins	604,65	17	661.828,66	1.606.876,38
Faz. Consolação	Crixás do Tocantins	3.761,05	91	7.128.422,59	14.684,80
Faz. Província	Pequizeiro	3.605,92	90	8.431.481,56	102.250,92
Faz. Vale do Paraíso e Outros	Couto Magalhães	1.118,48	28	885.422,58	1.432.596,41
TOTAL		15.758,03	428	30.470.929,25	6.059.943,37

Fonte: Planilha de acompanhamento DT

Registra-se que os imóveis descritos no demonstrativo acima tiveram os procedimentos de obtenção iniciados em exercícios anteriores, o que demonstra de forma clara a morosidade enfrentada pela ação durante a tramitação administrativa e judicial dos processos.

⁴ O imóveis foram obtidos, todavia não foram transformado em Projetos de Assentamentos porque não tiveram a imissão de posse no exercício de 2011.

⁵ Não foram contabilizados na coluna valores referentes a sobras de TDA's (R\$ 528,10) de imóveis desapropriados em exercícios anteriores.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na ação 2272

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0135.2272	A	4	4	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011.

Tabela XIX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na ação 2272

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
12.860,00	146.021,42	132.006,57	90,40	109.606,50	75,06	109.006,57	75,06

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XX Restos a Pagar na ação 2272

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
5.362,24	3.253,02	1.961,02	148,20

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XIX, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 12.860,00 (doze mil reais oitocentos e sessenta), foram

provisionados R\$ 146.021,42 (cento e quarenta e seis mil, vinte um reais e quarenta e dois centavos), o que representa 1.135,47% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 132.006,57 (cento e trinta e dois mil, seis reais e cinquenta e sete centavos) dos quais foram pagos R\$ 109.006,57 (cento e nove mil, seis reais e cinquenta e sete centavos), que representa 75,06% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

O objetivo desta ação é dar o suporte necessário para a consecução das metas institucionais das demais ações que compõem o programa 0135, sendo que por ser uma ação meio, custeia despesas com serviços técnicos e administrativos; manutenção de veículos, fornecimento de passagens aéreas, combustíveis e, também, licitações para aquisição de material de expediente, de materiais de processamento de dados (cartuchos e toners).

Com relação ao percentual 1.135,47% do valor consignado inicialmente na Programação Operacional 2011, Isto, justifica-se devido a provisões adicionais para custear despesas necessárias ao suporte operacional desta Regional; como deslocamento de servidores, manutenção de veículos, aquisição de material de expediente, toners e cartuchos.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Benjamim Aurélio Mendes

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento .

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXI Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.137.8396	A	3	Família Atendida	2.231	-	1.092	1.092	48,95	1.278

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012).

Tabela XXII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
6.752.213,38	20.643.797,44	20.643.797,44	100	20.643.797,44	100	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XXIII Restos a Pagar

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
8.977.968,03	765.835,70	5.989.745,02	2.222.387,31

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XXII, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 6.752.213,38 (seis milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, duzentos e treze mil e trinta e oito centavos), foram provisionados R\$ 20.643.797,44 (vinte milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e setes reais e quarenta e quatro centavos), que representa 305,73% do valor previsto; empenhado o mesmo valor e não houve pagamentos, que representa 0,00% de execução orçamentária, sendo que toda a provisão foi inscrita em restos a pagar.

Com relação ao percentual 305,73% do valor consignado inicialmente na Programação Operacional 2011, Isto, justifica-se em razão da celebração de parceria com o Estado do Tocantins a fim de viabilizar obras de infraestrutura - implantação e reforma de estradas vicinais incluindo obras de arte correntes e especiais - em vários Projetos de Assentamentos no Estado necessárias ao desenvolvimento, fixação e sobrevivência das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.

No que se refere à meta física, foi programada uma meta de atendimento a 2.231 (dois mil duzentos e trinta e um) famílias com obras de infraestrutura, contudo foram atendidas 1.092 (um mil e noventa e dois) famílias, representando uma execução física de 48,95%, conforme demonstrado acima, descrito e detalhado a seguir.

Tabela XXIV - Obras Iniciadas em Exercícios Anteriores e Concluídas em 2011

Conveniente	Projeto de Assentamento	Famílias atendidas	Recuperação de estradas (km)	Implantação de estradas (km)	Pontes (m)
Município de Natividade	Jacubinha	68	9,946	-	-
Município de Aragominas	Vitória Régia	194	10,5	-	10
Município de Aragominas	Mogno	141	26,5	9,999	11
Município de Aragominas	São Gabriel	126	8,04	10	-
Município de Aragominas	Baviera	161	10,1	10	-
Município de Aragominas	Reunidas	402	29,7	15	-
TOTAL		1.092	94,786	44,999	21

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26)/D

Nesse contexto, registra-se que, com raríssimas exceções, devido principalmente às peculiaridades da Região e as questões de provisões de crédito orçamentário, as obras conveniadas ou contratadas em um exercício só são concluídas em exercícios seguintes.

Com os recursos executados na ação foi possível a contratação de obras de implantação e recuperação de estradas, além de construção de pontes em vários Projetos de Assentamentos, atendendo a um total de 19.533 (dezenove mil quinhentos e trinta e três) famílias. Abaixo, demonstram-se as obras contratadas com o orçamento do exercício de 2011.

Tabela XXV Obras Contratadas com Orçamento do Exercício de 2011

Conveniente	Projeto de Assentamento	Famílias atendidas	Recuperação de estradas (km)	Implantação de estradas (km)	Pontes (m)
Município de Praia Norte	Camarão I	53	-	3,605	-
Município de Praia Norte	Camarão II	139	-	17,455	10
Município de Couto de Magalhães	Campo da Missa	32	-	9,999	11
Município de Pau D'Arco	Filadélfia	71	-	10	-
Município de Pau D'Arco	Sudam	55	-	10	-
Município de Pau D'Arco	Dois Riachos	118	-	15	-
Município de Pau D'Arco	Pindorama	26	-	10	-
Município de Muricilândia	Muricizal	102	-	10,65	13
Secretaria de Infraestrutura do Estado do Tocantins	Vários Projetos	18.937	4.276	-	-
TOTAL		19.533	4.726	86,709	34

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26)/D

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXVI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.137.8398	A	3	Família Atendida	246	-	1.659	1.659	674,39	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela XXVII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8398

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
240.784,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011

Tabela XXVIII Restos a Pagar na Ação 8398

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
896.834,25	90.618,75	806.215,50	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Embora haja previsão de crédito orçamentário na Programação Operacional 2011, o mesmo não foi executado devido a problemas no procedimento licitatório, contudo com a execução de Restos a pagar foram concluídos contratos firmados em exercícios anteriores, conforme descrito abaixo.

Tabela XXIX – Serviços Topográficos Concluídos em 2011

Projeto de Assentamento	Município	Área (ha)	Quantidade de parcelas
Barreirinho	Abreulândia.	1.880,00	35
Mata Azul I	Pequizeiro	4.263,46	139
Mulher Cidadã	Divinópolis	1.741,10	39
Salomira	Dois Irmãos	6.088,76	127
Vale do Barreiras	Juarina	1.775,35	42
Vargem Dourada	Abreulândia	2.158,43	79
Maju III	São Bento do Tocantins	1.116,35	31
Lago Verde	Sta. Rita do Tocantins	4.514,99	100
Macaúba	Pium	6.613,05	115
Onalício Barros	Caseara	7.574,08	135
S.Francisco Assis	Cristalândia	2.372,00	59
Virginia	Cristalândia	1.668,09	46
Bom Jesus	Sta. Rosa do Tocantins	2.497,24	64
Carajás	Sta. Rosa do Tocantins	1.189,19	35
Firmeza I	Pindorama	5.918,35	133
Pindorama I	Pindorama	2.257,77	47
São Bento I	Monte do Carmo	2.795,46	56
Terra Vermelha	Monte do Carmo	2.177,88	32
Veredão	Palmas	1.687,10	39
Sítio	Palmas	3.300,48	71
Vitória III	Dianópolis	1.307,60	31
Nova Canaã II	Talismã	816,5871	24
N.S. Conceição	Figueirópolis/Alvorada	1.185,98	30
Pontal I	Araguaçu	1.970,96	27
Pontal II	Araguaçu	3.123,21	54
Pontal das Estrelas	Araguaçu	1.788,47	23
Pontal das Estrelas I	Araguaçu	1.392,63	31
Pontal das Estrelas V	Araguaçu	705,7404	15
Total		79.938,54	1.659

Fonte: Atos de homologação

2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.137.4358	A	3	Documento	851	-	1.674	1.674	196,71	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela XXXI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4358

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
119.208,60	168.618,93	161.380,86	95,71	160.272,13	95,05	160.272,13	95,05

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XXXII Restos a Pagar na Ação 4358

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
4.801,07	4.073,62	0,00	727,45

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XXXI, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 119.208,60 (cento e dezenove mil, duzentos e oito reais e sessenta centavos), contudo foram provisionados R\$ 168.618,93 (cento e sessenta e oito mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e três centavos), que representa 141,45% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 161.380,86 (cento e sessenta e um mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos), dos quais foram pagos R\$ 160.272,13 (cento e sessenta mil, duzentos e setenta e dois reais e treze centavos), que representa 95,05% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 1.108,73 (um mil, cento e oito reais e sessenta e três centavos).

É importante registrar que de acordo com o Art. 3º da Instrução Normativa Incra nº 30/2006, o Contrato de Concessão de Uso (CCU) será celebrado após a homologação dos beneficiários do projeto, garantindo-lhes o direito ao acesso à área do imóvel e aos demais benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária –PNRA. Ocorre que após as homologações realizadas em dezembro de 2010 os beneficiários ficaram bloqueados vários meses no princípio de 2011, aguardando pesquisa (batimento) de dados do candidato junto a CGU, assim atrasando a emissão e contradizendo o disposto no artigo citado. Apesar disso, houve uma considerável execução tanto em termos físicos quanto financeiros.

Para todas as modalidades de aplicação de crédito (apoio inicial, fomento, adicional de fomento, aquisição de material de construção e recuperação) assim como a liberação da declaração de aptidão (DAP) de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF, são condicionados à emissão do CCU ou do TD.

Havia anteriormente o entendimento de que as famílias que haviam assinado outros instrumentos, tais como Contratos de Assentamento, não seriam substituídos por CCU. Entendimento que está de acordo com o artigo Art. 41. da Instrução Normativa INCRA nº 30/2006

onde dispõe que “nos projetos criados anteriormente à esta Instrução, será facultado à Superintendência Regional, em comum acordo com o conjunto de beneficiários, a substituição pelo CCU dos documentos expedidos anteriormente”.

A norma de execução nº 79/2008, contrariando a IN nº 30/2006, determina no artigo 20 como pré-requisito para o pagamento de créditos “que a superintendência tenha emitido os contratos de concessão de uso – CCU e que os assentados os tenha assinado”, não deixando outra possibilidade, aumentando assim a demanda de CCU. A meta de emissão de CCU não corresponde à demanda real, pois foi subdimensionada pela sede da autarquia.

Além da expedição de Contratos de Concessão de Uso - CCU, são executados por meio da ação, os procedimentos da Instrução Normativa nº 47, de 16/9/2008, que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores, que são demonstrados na planilha abaixo.

Tabela XXXIII Atividades NE 47

Atividades	Nº
Vistoria Ocupacional	1.446
Retomada Judicial	09
Processo Judicial	08
Títulos Cancelados	236
Notificações de Ocupações Irregulares	445
Processos de Retomada Julgados	87

Fonte: Balanço das ações da SR (26)/D.

2.3.2.4 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.137.0427	OP	3	Família Atendida	9.978	1.331	1.404	2.735	27,41	7.243

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela XXXV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 0427

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
51.245.219,13	32.858.800,00	32.722.200,00	99,58	32.722.200,00	99,58	7.224.000,00	21,98

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XXXVI Restos a Pagar na Ação 0427

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
24.443.800,00	483.800,00	15.103.600,00	8.856.400,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XXXV, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 51.245.219,13 (cinquenta e um milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, duzentos e dezenove reais e treze centavos), contudo foram provisionados R\$ 32.858.800,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil e oitocentos reais), que representa 64,12% do valor previsto; desses foram empenhados 32.722.200,00 (trinta e dois milhões, setecentos e vinte e dois mil e duzentos reais), dos quais foram pagos 7.224.000,00 (sete milhões, duzentos e vinte e quatro mil), que representa 21,98% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 25.498.200,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e duzentos reais). Abaixo, demonstra-se a execução orçamentária, exercício de 2011, por modalidade de crédito.

Tabela XXXVII Execução Orçamentária Modalidade de Crédito

Modalidade	Provisões Recebidas	Valores Empenhados	Valores Pagos
Apoio Inicial	660.800,00	652.000,00	652.000,00
Fomento	2.226.800,00	2.172.000,00	1.468.000,00
Aquisição Material de Construção	5.950.000,00	5.947.200,00	2.288.000,00
Recuperação Material de Construção	22.130.000,00	22.122.000,00	2.315.000,00
Adicional Fomento	1.891.200,00	1.829.000,00	501.000,00
TOTAL	32.858.800,00	32.722.200,00	7.224.000,00

Fonte: SIAFI 2011.

A meta física inicialmente programada foi o atendimento de 9.978 (nove mil novecentos e setenta e oito) famílias com a concessão de crédito instalação nas diversas modalidades, todavia foram atendidas 2.735 (dois mil setecentos e trinta e cinco) famílias, representando uma execução física de 27,41%.

Indicador utilizado para aferir o alcance da meta física da ação é família atendida. Esse indicador é captado pela quantidade de famílias que tiveram recursos (crédito instalação) disponibilizados na conta corrente das associações de Projetos de Assentamentos. Abaixo o detalhamento da execução física da ação.

Tabela XXXVIII Crédito Instalação Disponibilizado

Modalidade	Iniciada no exercício		Iniciada em exercícios anteriores ⁷	
	PA	Famílias	PA	Famílias
Apoio Inicial	5	204	2	47
Aquisição de Materiais para Construção	7	122	21	369
Fomento	16	508	8	226
Recuperação de Materiais de Construção	10	391	21	762
Adicional Fomento	3	106	-	-
TOTAL	41	1.331	52	1.404

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação.

Tabela XXXIX Crédito Instalação Aplicado⁸

Modalidade	Projeto	Famílias
Crédito Apoio Inicial	27	252
Crédito Aquisição de Materiais para Construção	74	668
Crédito Fomento	22	475
Crédito Recuperação	124	1216
Adicional Fomento	3	112
TOTAL		2.723

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação.

Tabela XL Famílias Atendidas com Complementação de Credito Instalação

Modalidade	Projeto	Famílias
Crédito Aquisição de Materiais para Construção	3	5
Crédito Recuperação Material de Construção	33	1522
TOTAL	38	1527

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação.

De acordo com a Tabela XL no exercício de 2011, 1.527 (mil quinhentos e vinte e cinco) famílias foram atendidas com complementações de créditos nas modalidades Aquisição Material de Construção e Recuperação Material de Construção.

Apesar do quantitativo expressivo, essas famílias não foram contabilizadas na execução da meta física, uma vez que as mesmas já foram atendidas no exercício anterior e o os recursos executados, R\$ 4.442.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais)

⁷ Execução de Restos a Pagar

⁸ Crédito Instalação que cumpriu a sua finalidade (casas construídas, reformadas, segurança alimentar e nutricional garantida e processo produtivo fomentado).

representa somente a complementação prevista Instrução Normativa nº 53 de 19/6/2010 e posterior Instrução Normativa nº 54 de 22/7/2010.

Relata-se que uma série de fatores dificultou o cumprimento da meta física da ação em sua totalidade, cita-se, em especial, a baixa capacidade operacional da Regional para acompanhamento e fiscalização da ação e liberação de financeiro que só ocorreu a partir do mês de Agosto de 2011, assim justificamos não cumprimento da ação.

Embora os entraves citados, e importante mencionar que no exercício de 2011 por meio da ação foram construídas 668 (seiscentos e sessenta e oito casas) e reformadas 1.216 (um mil duzentos e dezesseis).

2.3.2.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011 e PPA 2008.

Tabela XLII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas na Ação 2272

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
550.000,00	1.101.753,96	1.094.904,85	99,38	832.174,38	75,53	831.450,83	75,47

Fonte: PO/2011, LOA 2011 e PPA 2008.

Tabela XLIII Restos a Pagar na Ação 2272

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
236.025,84	9.687,80	220.877,50	5.460,54

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XLII, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), contudo foram provisionados R\$ 1.101.753,96 (um milhão, cento e um mil, setecentos e cinquenta e três reais noventa e seis centavos), que representa 200,32% do valor previsto; desses foram empenhados 1.094.904,85 (um milhão, noventa e quatro mil novecentos e quatro reais e oitenta e cinco centavos), dos quais foram pagos R\$ 831.450,83 (oitocentos mil, quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e três centavos), que representa 75,47% de execução orçamentária de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 263.454,02 (duzentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dois centavos).

A finalidade desta ação é dar o suporte necessário para a realização das metas institucionais das demais ações que compõem programa 0137, como despesas com diárias de servidores, passagens, serviços de terceiros, material de consumo.

Com a relação ao percentual 200,32% do valor consignado na Programação Operacional 2011, justifica-se pelo fato que os recursos consignados, pelo órgão central, inicialmente na Programação Operacional 2011 foram insuficientes para o atendimento das demandas do programa, sendo que no decorrer do exercício ocorreram provisões adicionais a fim de atender a atividades; como a fiscalização e recebimento de obras em Projetos de Assentamentos, contratados nos exercícios anteriores, levantamento de dados para a aplicação dos recursos da ação de crédito instalação, deslocamento de comissões de sindicâncias e levantamento da situação ocupacional dos Projetos de Assentamentos.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano/. José Raimundo Sepeda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eleusa Maria Gutemberg /Eduardo Camilo Terra dos Santos

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Destinação de Terra Pública (%) e Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrares;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

- d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
- e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
- f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
- g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Tabela XLIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.125.0138.2105	A	4	Imóvel Gerenciado	3.960	4.520	-	4.520	114,14	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela XLV - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas na Ação 2105

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
35.640,00	37.341,00	35.414,42	94,84	28.585,30	76,55	28.585,30	76,55

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XLVI Restos a Pagar na Ação 2105

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XLV, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 35.640,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais), contudo foram provisionados R\$ 37.341,00 (trinta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais), que representa 104,77% do valor previsto; desses foram empenhados 35.414,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e quatorze reais), dos quais foram pagos R\$ 28.585,30 (vinte e oito mil reais, quinhentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos), que representa 76,55% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 6.828,70 (seis mil, oitocentos e vinte oito reais e sessenta centavos).

A meta física programada para o exercício de 2011 era de gerenciar 3.960 (três mil novecentos e sessenta) imóveis, contudo, foram gerenciados 4.520 (quatro mil quinhentos e vinte), o que representa 114.14% da meta física, conforme descrição da Tabela XLIV.

O indicador utilizado para aferir a execução da meta é imóvel gerenciado. Esse indicador é captado pela quantidade de imóveis que teve algum tipo de atualização de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Cumpre informar que qualquer tipo de atualização no SNCR depende da solicitação dos interessados (proprietários, arrendatários, detentores de posse entre outros) uma vez que os dados a serem alterados são declaratórios. Dessa maneira, a execução da meta fica condicionada ao comparecimento dos interessados ao Incra/TO ou às Unidades Municipais de Cadastramento – UMC.

Por fim, vale destacar que além da atividade principal mensurada pelo indicador são executadas atividades complementares, as quais, apesar da grande relevância para a Autarquia não são computadas no resultado da meta. Como exemplo, emissão de CCIR, Fiscalização Cadastral, processos de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, análise Cadastral em Processos de Certificação, Capacitação de Unidade Municipal de Cadastro, Monitorias de Unidade Municipal de Cadastro. Abaixo, demonstramos o rol de atividades executadas no exercício que compõem a ação.

Tabela XLVII Atividades Serviço de Cadastro Rural

Atividades	Quantidade
Atualização Cadastral	4.520
Emissão de CCIR	30.684
Processos de Fiscalização Cadastral	180
Processos de Aquisição por Estrangeiros Formalizados	20
Análise Cadastral em Processos de Certificação	600
Capacitação de Unidade Municipal de Cadastro	6
Servidores Capacitados em temas do Cadastro Rural	10
Monitorias de Unidade Municipal de Cadastro	6
Acordos de Cooperação Técnica Formalizados	10
Mandados de Segurança	60

Fonte: Planilha de atividades SR(26)/F/Serviço de Cadastro Rural.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/ Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.4426	A	4	Área Georreferenciada (ha)	-	107.997,00	-	107.997,00	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012).

Tabela XLIX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4426

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	6.941,62	5.634,01	81,16	5.634,01	81,16	5.634,01	81,16

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela L Restos a Pagar na Ação 4426

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
8.801,22	8.345,05	0,00	456,17

Fonte: SIAFI.

Conforme Tabelas XLVIII e XLIX, no exercício de 2011 para esta ação não havia crédito orçamentário consignado na Programação Operacional, todavia foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 6.941,62 (seis mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta e dois centavos), sendo pagos R\$ 5.634,01 (cinco mil seiscentos e trinta e quatro reais e um centavo), que representa 81,16% de execução orçamentária.

Merece registrar, que na Amazônia Legal essa ação é executada pelas Superintendências Regionais do Incra, no que se relaciona a certificação de peças técnicas de imóveis rurais (áreas particulares) e Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/SERFAL responsável pelo georreferenciamento dos perímetros de glebas e dos imóveis rurais localizados em áreas públicas federais, com o objetivo de regularização fundiária. Registra-se que apenas essa atividade é contabilizada para efeito da execução da meta física.

Vale mencionar que o resultado físico da ação é referente a execução de serviços de georreferenciamento de imóveis rurais localizados em áreas públicas no Estado do Tocantins contratados pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal em Brasília/DF.

Cumpre informar ainda que cabe à Divisão Estadual de Regularização Fundiária Amazônia Legal as atividades de fiscalização dos objetos contratados pela SERFAL no Estado do Tocantins.

Com relação às atividades de certificação de imóveis rurais, no exercício de 2011 foram abertos 1.596 (mil quinhentos e noventa e seis) processos e foram certificados 399 (trezentos e noventa e nove) processos. Abaixo se detalha a atividade no exercício.

Tabela LI Certificação de Imóveis Rurais em 2010

Mês	Processos Recepcionados		Processos Certificados	
	Imóveis	Área (há)	Imóveis	Área
Janeiro	126	119.350,39	6	26.172,79
Fevereiro	216	231.918,62	16	36.800,96
Março	129	197.532,51	15	21.763,27
Abril	98	142.869,66	22	23.926,64
Maio	141	177.399,53	57	140.233,72
Junho	157	196.775,66	41	64.370,72
Julho	118	125.572,23	26	30.204,45
Agosto	139	125.377,85	42	57.414,47
Setembro	116	135.385,29	53	68.436,12
Outubro	112	119.994,93	23	22.955,47
Novembro	111	122.546,86	32	43.949,16
Dezembro	133	145.105,10	66	75.311,20
TOTAL	1596	1.839.828,63	399	611.538,97

Fonte: Planilha de acompanhamento SR(26)/F.

Os processos de certificação são analisados pelo Setor de Cadastro Rural (análise da cadeia dominial) e Setor de Cartografia (análise das peças técnicas). O primeiro setor finalizou a análise de todos os processos de requerimento de certificação protocolizados nesta Superintendência em 2010. Analisou também todos os processos classificados como prioritários protocolizados em 2011, além das reanálises de processos com pendências dos exercícios anteriores.

Já o Setor de Cartografia analisou todos os processos encaminhados pelo Setor de Cadastro, além de reanálises de processos com pendências de exercícios anteriores. A Regional encerrou o exercício de 2011 com 1.300 processos parados com pendências. Até dezembro do referido ano, a SR-26 possuía 1.737 imóveis certificados no estado.

Apesar da insuficiência de servidores nos dois setores para analisar os pedidos de certificação, a Regional adotou providências para tornar mais célere a análise dos processos protocolizados na instituição. Em 26 de outubro do ano passado, o Incra assinou termo de cooperação técnica com o Governo do Estado do Tocantins, tendo como interveniente a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de assegurar apoio à execução das ações da autarquia de certificação de imóveis rurais. O Estado colocou à disposição do Incra 14 servidores para apoio operacional, aumentando assim quantidade de processos analisados.

O Incra Sede firmou termo de cooperação técnica com o Exército em novembro de 2011 para acelerar a análise dos processos de certificação no País. A Superintendência Regional encaminhou mil processos para análise em Brasília (DF), em fevereiro deste ano, que foram protocolizados de janeiro a setembro de 2011.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2110

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.2110	A	3	Área regularizada (ha)	-	-	5.121,7562	5.121,7562	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Módulo de Monitoramento e Avaliação - SIR

Tabela LIII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2110

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LIV Restos a Pagar na Ação 2110

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Embora não tenha havido previsão de meta para esta ação, conforme Tabelas LII e LIII, no exercício de 2011 foram regularizados 5.121,8562 ha (cinco mil hectares, cento e vinte ares e setenta e seis centiares), referentes a processos que se iniciaram em exercícios anteriores.

A ação tem com objetivo regularizar a situação jurídica de posseiros com expedição de título de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos. Para melhor compreensão da operacionalização da ação é fundamental explicar que inicialmente é realizado o cadastramento dos ocupantes de terras públicas, após se realiza o

georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como do perímetro das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas.

Vale mencionar que execução física da ação passa várias por 03 (três) fases, como; 1ª fase - Cadastramento das posses; 2ª fase - Georreferenciamento das posses e 3ª fase— Titulação, objetivo da ação. Dessa maneira, dificilmente a finalização dos trabalhos da ação dar-se-á dentro de um exercício financeiro. Outrossim, informamos que os trabalhos iniciados no exercício só produzirão resultados em exercícios seguintes, abaixo figura ilustrando as fases da ação.



Por ultimo, é importante registrar que quando constatada a existência de terras ocupadas insuscetíveis de regularização pelo não-atendimento às exigências legais e normativas o processo é indeferido e levado a conhecimento superior para providências visando a retomada das mesmas, bem como comunicado ao Incra para avaliação da viabilidade de destinação das mesmas ao Programa Nacional de Reforma Agrária por meio da criação de Projeto de Assentamento de trabalhadores rurais.

2.3.3.4 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8378

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada destinada (ha)	-	72.144,10	-	72.144,10	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012).

Tabela LVI Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8378

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LVII Restos a Pagar na Ação 8378

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
9.318,06	9.318,06	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Embora não tenha havido previsão de meta para esta ação, conforme Tabelas LV e LVI, no exercício de 2011 foram diagnosticadas (cadastradas) 72.144,10 ha (setenta e dois mil hectares, cento e quarenta e quatro ares e dez centiares). Abaixo, detalhamento da ação.

Tabela LVIII Cadastro de Posses em 2011

Mês	Nº de Imóveis	Hectares
Janeiro	-	-
Fevereiro	128	15.487,3935
Março	24	3.771,7053
Abril	56	6.501,6311
Maiο	37	4.153,7128
Junho	44	7.150,7852
Julho	19	5.415,8580
Agosto	42	6.606,8840
Setembro	28	4.395,8214
Outubro	7	1.569,8103
Novembro	16	2.501,9097
Dezembro	100	14.588,5967
TOTAL	501	72.144,108

Fonte: Planilha de acompanhamento SERFAL.

Esta ação, conforme a Lei Nº 11.952, de 25/06/2009, que dispõe sobre a Regularização Fundiária de Áreas da União na Amazônia Legal, é a primeira fase do processo de regularização fundiária e tem como finalidade a identificação e localização dos posseiros que ocupam terras públicas federais rurais e urbanas.

É importante registrar que os números alcançados na ação é resultado de cadastros parte dos ocupantes de terras públicas no Estado, solicitados junto a Superintendência Regional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. Assim, a execução da meta fica condicionada ao comparecimento dos interessados à Superintendência Regional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

2.3.3.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.138.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011.

Tabela LX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na 2272

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
530,98	295.964,83	295.887,00	99,97	137.048,93	46,31	137.048,93	46,31

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXI Restos a Pagar na Ação 2272

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
156.687,90	8.198,68	148.489,22	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela LX, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 530,98 (quinhentos e trinta reais e noventa e oito centavos), contudo foram provisionados R\$ 295.964,83 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta

e quatro reais e oitenta e três centavos), que representa 55.739,36% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 295.887,00 (duzentos e noventa e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais), dos quais foram pagos R\$ 137.048,93 (cento e trinta e sete mil, quarenta e oito reais e noventa e três centavos), que representa 46,31% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 158.838,07 (cento e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e oito reais e sete centavos).

A execução da ação apresentou distorções em relação ao planejamento inicial. Isso foi decorrente da baixa alocação de crédito orçamentário por parte do Incra/Sede na Programação Operacional 2011, todavia no decorrer do exercício 2011 foram efetuadas provisões adicionais de crédito para suportar as despesas com a manutenção desta Regional e Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, como: serviços de terceiros pessoa jurídica, diárias e material de consumo (combustível, material de expediente e suprimentos de informática).

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Berenice Kran de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁰

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa

Unidades executoras: Superintendência Regional do Tocantins/Divisão de Administração

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4572

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.128.139.4572	A	4	Servidor Capacitado	62	82	-	82	132,26	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Tabela LXIII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4572

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
26.722,00	56.893,30	56.068,71	98,55	44.721,23	78,61	44.721,23	78,61

Fonte: SIFI 2011.

Tabela LXIV Restos a Pagar na Ação 4572

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
11.794,86	1.806,61	9.988,25	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela LXIII, no exercício de 2011, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 56.893,30 (cinquenta e seis mil, oitocentos e noventa e três reais e trinta centavos), o que representa 212,91% do valor consignado na Programação Operacional. Foram empenhados R\$ 56.068,71 (cinquenta e seis mil, sessenta e oito reais e setenta e um centavos), dos quais foram pagos R\$ 44.721,23 (quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e um reais e vinte e três centavos), o que representa 79,80% de execução orçamentária.

A meta física programada para o exercício era capacitar 62 (sessenta e dois) servidores, contudo foram capacitados 82 (oitenta e dois) o que representa execução física de 132,26%.

Observa-se, que de acordo com as Tabelas LXII e LXIII, a ação apresenta distorções em relação ao planejamento inicial. Isso ocorreu devido à realização de capacitação sem ônus para a Regional e a provisão de créditos em montante superior ao previsto na Programação, uma vez que os recursos previstos eram insuficientes para suportar os custos dos cursos realizados.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Regional em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional.

Do quantitativo dos servidores capacitados 68 (sessenta e oito) participaram de processos de capacitações formalizados no âmbito desta Regional. Na tabela abaixo, demonstra-se as capacitações realizadas pela Regional.

Tabela LXV-Capacitações Realizadas SR(26)TO 2011

Curso	Carga Horária	Quantidade de Servidores
SICONV-Ênfase em Execução e Prestação de Contas	16h	2
Gestão de Patrimônio e Almoxarifado no Setor Público	16h	2
Depreciação, Amortização, Reavaliação, Exaustão, Teste de Recuperabilidade de Ativo	18h	2
SIDEC-Novo Módulo de Divulgação de Compras	12h	3
Sistema de Registro de Preços	24h	3
XIX Congresso Brasileiro de Perícias Médicas	24h	1
Licitação Geral, Formação de Pregoeiro e SRP.	16h	2
Práticas de Processo Administrativo Disciplinar	16h	1
Curso de Estradas Municipais	12h	2
Congresso Brasileiro do Concreto	22h	1
Oficina Sobre Concessão de Aposentadoria e Pensão com Ênfase no Sistema SIAPE/SIAPECAD E SISAC	24h	2
Palestra Ética no Serviço Público	2h	45
Mestrado em Desenvolvimento Regional		1
MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria		1
Total		68

Fonte: Processos de capacitação

Outros 14 (quatorze) servidores participaram de capacitações - cursos, congressos, seminários e fóruns - organizados pelo Incra/Sede. Registra-se que o crédito orçamentário para o custeio com o deslocamento desses servidores foram provisionados e executados nesta Superintendência Regional.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:. Luiz Amado Pereira júnior

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹¹

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXVI Execução Física das ações realizadas pela UJ Ação 2109

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.2109	A	4	Família Acampada Assistida	-	2.685	-	2.685	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela LXVII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2109

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	148.836,75	148.836,75	100,00	46.337,27	31,13	45.438,70	30,53

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXVIII Restos a Pagar na Ação 2109

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
6.200,00	3.200,00	3.000,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas de Governo – Finalísticos, do PPA 2008-2011. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao Incra/Sede e posteriormente provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

A principal atividade viabilizada no estado por meio da ação é distribuição de cestas básicas. A mesa é executada em parceria com Companhia Nacional de Abastecimento/Conab, a qual fornece as cestas, ficando esta Regional responsável pela distribuição às famílias de trabalhadores rurais, em situação de insegurança alimentar, localizadas em acampamentos, comunidades quilombolas e Projetos de Assentamentos recém-criados.

No exercício de 2011, embora não tenha havido previsão de meta para esta ação, conforme Tabelas e LXVI e LXVII, foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 148.836,75 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos), sendo empenhado o mesmo valor, e pago R\$ 45.438,70 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta centavos), que representa 30,53% de execução orçamentária.

Como resultado da ação destaca-se o atendimento de 2.685 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco famílias) famílias, com a distribuição de 4.500 (quatro mil e quinhentos) cestas básicas.

Também por meio dos recursos alocados na ação foi possível a aquisição de mobiliários e veículo para estruturar a Ouvidoria Agrária Regional do Tocantins /OAR-TO a qual desenvolve as ações no sentido de prevenir e mediar de conflitos; receber, processar e oferecer

encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária e desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

2.3.5.2 Prevenção de Tensão Social no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar e controlar possíveis situações de conflito relativas às famílias acampadas, trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo ou vítimas do trabalho escravo, comunidades carentes, focos ou pobreza no campo, assentados da reforma agrária, quilombos, índios, extrativistas e garimpeiros.

Descrição: a) Monitoramento e controle das possíveis situações de conflito no campo, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, tais como fornecer alimentação, atendimento à saúde, educação, organização de uma produção mínima e capacitação para a inclusão social, através da presença do Estado, visando o resgate da cidadania.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamentos/Ouvidoria Agrária do Tocantins.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4284

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.4284	A	4	Família Assistida	-	30	-	30	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório OAR.

Tabela LXX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4284

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	8.938,50	8.938,50	100,00	8.938,50	100,00	8.938,50	100,00

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXI Restos a Pagar na Ação na Ação 4284

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Esta ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas de Governo – Finalísticos, do PPA 2008-2011. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao INCRA/SEDE e posteriormente provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

No exercício de 2011, apesar de não ter havido previsão de meta para esta ação, conforme Tabelas, foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 8.938,50 (oito mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), empenhado e pago o mesmo valor, que representa 100% de execução orçamentária.

Os recursos executados na ação foram utilizados para custear o deslocamento de policiais civis aos acampamentos Vitória e Santo Antônio do Bom Sossego, localizados no município de Palmeirante a fim de investigar constantes ameaças a acampados, e prevenir e reprimir conflitos agrários na região.

2.3.5.3 Ação 4304 – Mediação de Conflitos Agrários

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Atualizar e aperfeiçoar os mediadores de conflitos sociais na prevenção, mediação e solução de conflitos sociais no campo, no manejo de crises e em técnicas de negociação para o enfrentamento de crises e na compreensão dos processos sociais e históricos que levam ao trabalho escravo contemporâneo..

Descrição: a). Realização de cursos, encontros, seminários, oficinas, fóruns, intercâmbios, dentre outros processos de capacitação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação:

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamentos/Ouvidoria Agrária do Tocantins.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4304

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e = d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1120.4304	A	4	Família Assistida	-	30	-	30	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório OAR.

Tabela LXXIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4304

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	2.301,00	2.301,00	100	2.301,00	100	2.301,00	100

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXIV Restos a Pagar na Ação 4304

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas de Governo – Finalísticos, do PPA 2008-2011. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao INCRA/SEDE e posteriormente provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

No exercício de 2011, apesar de não ter havido previsão de meta para esta ação, conforme Tabelas, foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 2.301,00 (dois mil, trezentos e um reais), empenhado e pago o mesmo valor, que representa 100% de execução orçamentária.

Os recursos executados na ação foram utilizados para custear o deslocamento de policiais civis e do Ouvidor Agrário ao acampamento Vitória e Projeto de Assentamento Santo Antônio do Bom Sossego, localizados no município de Palmeirante a fim de investigar constantes ameaças a acampados, e prevenir e reprimir conflitos agrários na região.

2.3.6 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Benjamim Aurélio Mendes

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual), Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres, (percentual), Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero (percentual), Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos, Não-Discriminatórios (percentual), Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (percentual), Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual), Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹²

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Tabela LXXV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8402

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.422.1433.8402	A	4	Mulher Atendida	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela LXXVI Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8402

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	10.018,64	10.018,64	100	10.018,64	100	10.018,64	100

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXVII Restos a Pagar na Ação 8402

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
13.828,08	13.828,08	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

A Ação é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, conforme o Anexo I, Programas de Governo – Finalísticos, do PPA 2008-2011. A execução da mesma é viabilizada por meio de destaques orçamentários do MDA ao Incra/Sede e posteriormente provisões de crédito orçamentário a esta Regional.

No exercício de 2011, embora não tenha havido previsão de meta para esta ação, conforme Tabelas LXXV e LXXVI e , foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 10.018,64 (dez mil, dezoito reais e sessenta e quatro centavos), sendo empenhado e pago o mesmo valor que representa 100% de execução orçamentária.

A execução da ação no estado é viabilizada por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Empresas de Assistência Técnica. A coordenação cabe a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário/DFDA/TO.

Os recursos executados na ação foram utilizados para custear entrega de 2.688 (dois mil, seiscentos e oitenta e oito) documentos a beneficiários atendidos em mutirões realizados no exercício de 2010.

2.3.7 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eleusa Maria Gutemberg

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹³

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Tabela LXXVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.127.1336.1642	P	3	Área Reconhecida	302	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela LXXIX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 1642

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.562,00	113.276,90	112.444,93	99,27	100.834,31	89,02	100.834,31	89,02

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXX Restos a Pagar na Ação 1642

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
10.000,00	0,00	10.000,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela LXXIX, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 100.562,00 (cem mil, quinhentos e sessenta e dois reais), contudo foram provisionados R\$ 113.276,90 (cento e treze mil, duzentos e setenta e seis reais e noventa centavos), que representa 112,64% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 112.444,93 (cento e doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos) dos quais foram pagos R\$ 100.834,31 (cem mil, oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e um centavos), que representa 89,02% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 11.610,62 (onze mil, seiscentos e dez reais e sessenta e dois centavos).

A meta física programada para o exercício de 2011 foi a titulação de 302 ha (trezentos e dois hectares), contudo não houve conclusão de procedimentos de titulação no exercício de 2011, representando uma execução física de 0,00%.

Cabe esclarecer que o resultado desta ação é auferido por meio do indicador “área reconhecida”. Contudo, para se alcançar o mesmo percorrem-se quatro longas, compostas de sub-fases, as quais perpassam vários exercícios, como: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, Portaria de Reconhecimento, Decreto de Desapropriação e Titulação da Comunidade. Dessa maneira, justifica-se o não cumprimento da meta física da ação.

No exercício de 2011, os trabalhos da ação concentraram-se em três comunidades quilombolas, Kalunga do Mimoso, localizada nos municípios de Arraias e Paranã, Barra do Aroeira, localizada nos municípios de Santa Tereza, Novo Acordo e Lagoa do Tocantins, e Grotão localizada no município de Filadélfia.

Como resultado da ação, destacam-se as ações abaixo:

- Na comunidade Kalunga do Mimoso foram vistoriados 44 (quarenta e quatro) imóveis rurais, totalizando 41.925,050 ha (quarenta e um mil, novecentos e vinte e cinco hectares cinquenta ares), com a finalidade de concretizar a desintrusão do território delimitado.
- As comunidades de Barra da Aroeira (municípios de Santa Tereza, Novo Acordo e Lagoa do Tocantins) e Grotão (município de Filadélfia) tiveram os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação – RTID publicados.

Por fim, vale mencionar que o principal limitador a execução da ação no Estado é a falta de antropólogo lotado na Regional a fim de executar trabalhos de confecção do laudo antropológico. Esse laudo é fundamental para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que resultará na execução da ação e criação dos territórios para as famílias remanescentes de quilombolas.

Em junho de 2011, o Incra firmou termo de cooperação técnica com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) para elaboração de laudos antropológicos de seis comunidades quilombolas no estado, que é peça integrante do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). As comunidades selecionadas são: Ilha de São Vicente, Cocalinho, Dona Juscelina, Santa Maria das Mangueiras, Pé do Morro e Projeto Baviera.

Em novembro do ano passado, o Incra Sede divulgou o resultado da licitação nacional para contratação de empresa/instituição especializada para prestação de serviço de elaboração de laudos antropológicos de comunidades quilombolas no País. O Tocantins foi atendido com a contratação de laudos antropológicos para dez comunidades. Em dezembro de 2011, foi assinado o contrato com uma empresa para confecção do laudo das comunidades Córrego Fundo, Malhadinha, Mumbuca, Povoado do Prata e Carrapato/ Fomirga/ Ambrósio. Será firmado em 2012, outro contrato para atender as comunidades Lagoa da Pedra, Redenção, São José, Água Branca e Matão.

2.3.8 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Jandira Carvalho Moraes Mochida

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art 3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁴

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXXI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) e =d*100/a	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.8370	A	4	Profissional Formado	80	-	67	67	83,75	13

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela LXXXII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8370

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
214.774,41	192.130,45	192.130,45	100,00	192.130,45	100,00	192.130,45	100,00

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXXIII Restos a Pagar na Ação 8370

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
177.696,10	21.889,90	155.806,20	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela LXXXII, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 214.774,41 (duzentos e quatorze mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e um), contudo foram provisionados R\$ 192.130,45 (cento e noventa e dois mil, cento e trinta reais e quarenta e cinco centavos), que representa 89,46% do valor previsto; foi empenhado e pago o mesmo valor, que representam 82,58% de execução orçamentária.

A meta física inicialmente programada para o exercício de 2011 foi a formação de 80 (oitenta profissionais), contudo foram formados 67 (sessenta e sete) profissionais, representando uma execução física de 83,75%.

O resultado da meta foi viabilizado por meio de parceria com a Escola Família Agrícola de Porto Nacional - convênio 44.000/2008 de vigência Plurianual, 01/12/2008 a 30/12/2011 - para atender inicialmente a formação de 92 (noventa e dois) jovens e adultos de vários Projetos de Assentamentos no Estado no curso de Magistério de Nível Médio. O curso foi

finalizado no exercício de 2011 com um total de 67 (sessenta e sete) alunos. Informa-se que no decorrer do curso houve 25 (vinte e cinco) desistências.

Nesse contexto, é importante mencionar que a meta só é considerada como executada ao término do curso, o que leva em média 04 (quatro) anos.

O curso utilizou a metodologia da pedagogia da alternância, isto é, os alunos alternam as atividades do curso entre o tempo escola e tempo comunidade (projeto de assentamento), de forma a associar a teoria à prática, proporcionando a discussão e a solução dos problemas relativos à realidade do campo.

É importante registrar que os movimentos sociais e sindicais vêm demandando constantemente esta Regional, acesso a cursos superiores pelo Pronera, no entanto as instituições federais de ensino superior no estado ainda não se sensibilizaram da importância da ação para a implantação de projetos em seus campi.

Por fim vale mencionar que no exercício de 2012 há boas perspectivas para execução da ação no Estado, pois já foram encaminhados à Comissão Nacional Pedagógica do Incra/Sede para aprovação 02 (dois) projetos de nível médio, Técnico em Agroecologia e Técnico em Magistério, apresentados pela Escola Família Agrícola de Porto Nacional. Há, ainda 02 (dois) projetos sendo elaborados no Estado, sendo um pela Secretaria de Educação do Estado e outro pela Secretaria Municipal de Educação de Palmas, ambos de Alfabetização e Escolarização.

Destaca-se que o PRONERA enquanto uma política inclusiva de educação - que promove e amplia a escolarização do assentado, o qualifica para o exercício da gestão de sua propriedade rural e melhora sua atuação enquanto agente social na sua comunidade – conflita com outros normativos da Autarquia, pois se o assentado desenvolver atividades diferentes daquelas definidas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, sofrerá processo administrativo de retomada de parcela.

Isso é um fator de restrição que compromete a continuidade do PRONERA por impedir os assentados, agora profissionais formados pelo o Programa, de exercerem suas profissões em suas comunidades percebendo remuneração, em razão do impedimento legal na contratação pelos órgãos prestadores de Assistência Técnica, e ainda pelos Municípios e Estados; quer seja como professores, merendeiras, enfermeiras, assistentes sociais, técnicos agrícolas e outras atividades.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011.

Tabela LXXXV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2272

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	8.905,00	5.012,96	56,29	5.012,96	56,29	2.212,96	24,85

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXXVI Restos a Pagar na Ação 2272

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
10,90	10,90	0,00	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Apesar não ter havido programação orçamentária no exercício de 2011, foi provisionado nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 8.905,00 (oito mil, novecentos e cinco reais), desses foram empenhados R\$ 5.012,95 (cinco mil, doze reais e cinquenta e cinco centavos) e pago R\$ 2.212,96 (dois mil, duzentos e doze reais e noventa e seis centavos), o que representa uma execução orçamentária de 24,85 %.

Por meio dos recursos orçamentários disponibilizados a UJ foi possível efetuar acompanhamentos, monitoramento e fiscalização da execução do convênio 44.000/2008 firmado com a Escola Família Agrícola de Porto Nacional.

2.3.9 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Benjamim Aurélio Mendes

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹⁵

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d)

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXXVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista a PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.606.1427.4470	A	3	Família Atendida	6.636	-	15.137	15.137	228,10	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e e Relatório SIR/ Módulo de Monitoramento e Avaliação (12-03-2012)

Tabela LXXXVIII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 4470

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.050.832,10	2.457.750,37	2.457.750,37	100,00	181.505,00	7,39	181.505,00	7,39

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela LXXXIX Restos a Pagar na Ação 4470

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
5.945.753,22	529.240,00	2.837.054,98	2.579.458,24

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela LXXXVIII, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 2.050.832,10 (dois milhões, cinquenta mil e oitocentos e trinta e dois reais e dez centavos), contudo foram provisionados R\$ 2.457.750,37 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e cinquenta mil e trinta e sete centavos), que representa 119,84% do valor previsto; esse valor foi empenhado em sua totalidade e pago R\$ 181.505,00 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e cinco reais), que representa 7,39% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 2.276.245,73 (dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco e setenta e três centavos).

A meta física programada para o exercício era de atender 6.636 (seis mil, seiscentos e trinta e seis) famílias com assistência técnica, todavia estão sendo assistidas 15.137 (quinze mil cento e trinta e sete) famílias, representando execução física de 228,10%.

O Resultado da meta física é captado pelo quantitativo de famílias assistidas no Programa, como os serviços de ATES possuem caráter contínuo esse quantitativo de famílias

assistidas são lançados para efeito de execução nos exercícios em que os convênios vigerão. Dessa maneira justifica-se a execução física de 228,10%.

No Estado essa ação é desenvolvida por meio de parcerias com organizações não governamentais e órgão estadual de assistência Técnica via convênios plurianuais. Na tabela abaixo, demonstra-se a parcerias vigentes no exercício de 2011.

Tabela XC Parcerias exercício 2011.

Nº do Convênio	Prestadora	Objeto (famílias)			
		ATES/Famílias	Nº PA	PDA/Famílias	Nº PA
16.000/08	COOPTER	2.058	30	77	2
22.000/08	COOPTER	3.552	48	381	10
21.000/08	COOPVAG	4.383	51	235	6
20.000/08	RURALTINS	1.812	34	96	4
24.000/08	RURALTINS	3.332	54	173	7
TOTAL		15.137	217	962	29

Fonte: Convênios de ATES/SR(26)/D.

Os convênios 20000/2008, 21000/2008 e 24000/2008 tiveram seu término de vigência antecipado. Os convênios 20000/2008 e 24000/2008 eram executados pela entidade pública estadual de extensão rural e tiveram a antecipação do final de vigência em ambos instrumentos para 30 de junho de 2011, em detrimento de 31 de dezembro de 2011, devido a baixa eficiência de execução dos serviços projetados.

Os convênios 16000/2008 e 22000/2008, ambos executados pela entidade privada COOPTER, foram aditivados, de ofício, o prazo de vigência para 29 de fevereiro de 2012.

Com relação ao convênio 21000/2008, executado pela entidade privada COOPVAG, teve a suspensão do convênio determinada pela SR(26)TO, em novembro de 2011, em função de identificação de irregularidades concernentes a prestação de contas dos recursos empreendidos, com inclusive instauração de Tomadas de Contas Especial.

Os eventos atípicos que acometeram os convênios 20000/2008, 21000/2008 e 24000/2008, em parte, e a deficiência de avaliação e comprovação de serviços executados por partes das conveniadas, explicam a baixa execução financeira do crédito orçamentário provisionado no exercício de 2011.

Para efeito de novas contratações para o serviço de ATES serão realizadas por esta Superintendência Regional, contratação por meio de Chamada Pública, conforme estabelece a Lei Nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

2.3.9.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XCI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011.

Tabela XCII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2272

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
229.467,57	94.354,00	87.916,11	93,18	87.916,11	93,18	87.517,91	92,75

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XCIII Restos a Pagar na Ação 2272

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
30.000,00	12.807,81	17.192,19	0,00

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XCII, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 229.467,57 (duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e cinquenta e sete centavos), contudo foram provisionados R\$ 94.354,00 (noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais), que representa 41,12% do valor

previsto; desses valores foram empenhados R\$ 87.916,11 (oitenta e sete mil novecentos e dezesseis reais e onze centavos), dos quais foram pagos R\$ 87.517,91 (oitenta e sete mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e um centavos), que representa 92,75% de execução orçamentária, sendo inscritos R\$ 398,20 (trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos) restos a pagar.

Esclarece-se que os recursos executados na ação foram utilizados: no acompanhamento e fiscalização das Ações do Programa 1427; e capacitação para viabilização das chamadas públicas, tais como: pagamento de diárias a servidores, passagens e locomoções, serviços de terceiros, pessoa jurídica e material de consumo.

2.3.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Berenice Kran de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁶

Principais Ações do Programa

2.3.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XCIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(a+b)		
21.122.0750.2000	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011.

Tabela XCV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2000

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.499.193,00	2.700.035,22	2.697.916,06	99,92	1.884.020,29	99,79	1.884.020,29	69,78

Fonte: SIAFI 2011.

Tabela XCVI Restos a Pagar na Ação 2000

Inscrição de Restos a Pagar	Restos a Pagar Cancelados	Restos a Pagar Pagos	Restos a Pagar a Pagar
1.942.579,35	135.106,87	1.469.503,44	337.969,04

Fonte: SIAFI 2011.

Conforme Tabela XCV, no exercício de 2011 a previsão inicial de crédito orçamentário para esta ação era de R\$ 1.499.193,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e noventa e três mil), foram provisionados R\$ 2.700.035,22 (dois milhões, setecentos mil, trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), que representa 180,10% do valor previsto; desses foram empenhados R\$ 2.697.916,06 (dois milhões, seiscentos e noventa e sete mil, novecentos e dezesseis mil e seis centavos) dos quais foram pagos R\$ 1.884.020,29 (um milhão oitocentos e oitenta e quatro mil, vinte reais e vinte e nove centavos), representando 69,78% de execução orçamentária, sendo inscritos em restos a pagar R\$ 813.895,77 (oitocentos e treze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos).

Esta ação congrega atividades operacionais e administrativas desta Regional, como licitações e contratos, transportes, almoxarifado, patrimônio, protocolo, contabilidade, finanças, recursos humanos, controle de despesas, fiscalização de contratos e serviços administrativos prestados por empresas terceirizadas, com vistas à manutenção da estrutura da sede da Regional e Unidades Avançadas, garantindo assim o suporte operacional necessários às atividades finalísticas, principalmente, por meio de contratos administrativos.

Com relação ao percentual de 180,10% do valor consignado inicialmente na Programação Operacional 2011, justifica-se pelo fato que o valor do crédito orçamentário consignado na PO/2011 foi aquém do valor previsto por esta Superintendência Regional. Contudo, no decorrer do exercício foram realizadas provisões adicionais, uma vez que o recurso previsto na ação não seria suficiente para suportar as despesas administrativas até o final do exercício.

Também, é importante relatar que na programação operacional não estão inclusas as despesas com as obras de reforma e ampliação das Unidades Avançadas de Araguaína e Gurupi, que correspondem a 24,75 % da provisão recebida. O crédito orçamentário para suportar essas obras foi disponibilizado durante o exercício mediante provisões adicionais, empenhado e inscritos em restos a pagar.

Por fim, menciona-se que aliada aos pontos já citados, a insuficiência de recursos financeiros no decorrer do exercício 2011 contribuiu de maneira significativa para a baixa execução, 69,78%, orçamentária da ação.

Tabela XCVII Contratos Administrativos¹⁷

Nº	Contratado	CNPJ/CPF	Serviço/Fornecimento	Contrato	Valor total (anual) (R\$)
1	Raimundo Nonato Sousa Nunes	003.538.251-15	Locação de imóvel para instalação da Unidade Avançada de Gurupi.	79.001/04	51.000,00
2	Araujo, Junqueira & Cia LTDA	07.855.231/0001-26	Prestação de serviços contínuos de digitadores.	06000/2011	199.020,00
3	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – Embratel	33.530.486/0001-29	Serviço de telefonia fixa.	04000/2011	14.408,25
4	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica para a sede da SR(26)TO.	1.000/09	230.825,16
5	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica para Unidades Avançadas de Araguaína e Arguatins.	21.000/08	82.764,00
6	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica para a Unidade Avançada de Gurupi.	3.000/2011	90.000,00
7	LIMPS - Limpeza e Conservação Ltda	07.241.070/0001-80	Limpeza, conservação e zeladoria para sede da SR(26)TO e Unidades Avançadas.	1.000/07	231.428,28
8	Solução Vigilância Ltda	00.160.911/0003-48	Vigilância e segurança armada para a Sede da SR(26)TO e Unidades Avançadas.	1.000/10	522.840,00
9	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A	09.168.704/0001-42	Publicidade Legal.	3.000/07	45.000,00
10	E. O. C. Ferreira-ME	03.405.973/0001-07	Fornecimento de água mineral sem gás para a Unidade Avançada de Araguaína.	01000/10	3.120,00
11	Jovina Abadia de Oliveira	485.061.251-20	Locação de imóvel para instalação da Unidade Avançada de Araguaína.	4.000/07	9.120,00
12	Imperial Rondonia Fornecimento e Gestão de Recursos Humanos para Terceiros LTDA.	09.134.888/0001-20	Prestação de serviços contínuos de recepção.	07000/2011	287.698,20
13	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	25.053.190/0001-36	Serviços de publicações e divulgação no Diário da Justiça do Estado do Tocantins.	2.000/09	24.000,00
14	LSL Locações e Serviços LTDA	05.483.831/0001-85	Prestação de serviços contínuos terceirizados de condutores de veículos.	8.000/2011	134.408,00

¹⁷ Contratos gerenciados e executados dentro da Ação 2000.

15	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	61.198.164/0001-60	Prestação de serviços securitários.	3.000/10	5.305,44
16	ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/7883-47	Serviços de transporte e entrega de malotes.	5.000/09	7.200,00
17	Lila Turismo LTDA – ME	06.178.319/0001-98	Emissão, remarcação e fornecimento de bilhetes de passagem em âmbito nacional.	9.000/2011	121.765,69
18	Exata Copiadora Ltda	06.055.186/0001-62	Locação de 7 fotocopiadoras com 2 operadores.	9.000/09	49.700,00
19	Valadares Revendas de Bebidas Ltda	04.875.833/0001-57	Água mineral sem gás para a Sede (Galão 20 LT)	10.000/2011	1.449,60
20	Saneatins - Companhia de Saneamento do Tocantins	25.089.509/0001-83	Serviço de Água e Esgoto.	10.000/09	37.401,72
21	Ribeiro e Lopes Ltda	02.301.597/0001-30	Manutenção equipamento informática das Unidades Avançadas de Araguaína e Gurupi.	04000/09	37.500,00
22	Telcomdata Ltda-ME	07.804.828/0001-41	Prestação de serviços de atendimento telefônico com mão-de-obra.	12.000/10	33.866,64
23	Rocha Dourado & Silva Ltda	10.587.568/0001-04	Prestação de serviço de manutenção no sistema de ar condicionado	17.000/10	81.000,00
24	Constructor Ltda – EPP	09.322.554/0001-80	Serviço de construção do prédio da UA Araguaína	19.000/10	1.328.266,43
25	Elevadores Atlas Schindler S/A	00.028.986/0006-12	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 2 elevadores da sede da Regional	30.000/09	9.000,00
26	DIN - Departamento de Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	Publicações no Diário Oficial da União	02000/2011	40.000,00
27	RG Comercial Ltda –ME	13.107.789/0001-26	Fornecimento de açúcar e café para a sede da SR(26)TO.	1.000/2011	18.125,00
28	Schderli Daniel Morgenstern	04.796.798/0001-80	Serviços de fornecimento de água mineral sem gás para a Unidade Avançada de Gurupi.	1000/2011	4.595,00
29	Copy Systems-Comercio de Copiadora LTDA	02.336.168/0001-06	Serviço de encadernação.	02000/2011	83.152,56
30	MBS Distribuidora Comercial Ltda	05.821.117/0002-30	Fornecimento de água mineral sem gás para a sede da SR(26)TO.	11.000/2011	19.797,60

Fonte: Planilha de acompanhamento de contratos SR(26)/A

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ – consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	3	Família Assentada	1.380	1.166	-	1.166	84,49	214
21.631.0135.8387	A	3	Área Vistoriada	78.000	57.475,77	-	57.475,77	73,69	20.524,23
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	33	44	-	44	133,33	-
21.631.0135.4460	A	3	Área Obtida	10.400,00	-	15.758,03	15.758,03	151,52	-
21.122.0135.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.631.0137.8396	A	3	Família Atendida	2.231	-	953	953	42,72	-
21.631.0137.8398	A	3	Família Atendida	246	-	-	-	-	-
21.631.0137.4358	A	3	Documento	851	-	1.674	1.674	196,71	-
21.631.0137.04278	OP	3	Família Atendida	9.978	1.331	1.404	2.735	27,41	7.243
21.122.0137.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.125.0138.2105	A	4	Imóvel Gerenciado	3.960	4.520	-	4.520	114,14	-
21.127.0138.4426	A	4	Área Georreferenciada (ha)	-	-	-	-	-	-
21.127.0138.2110	A	3	Área regularizada (ha)	-	-	5.121,756 2	5.121,756 2	-	-
21.127.0138.8378	A	3	Área diagnosticada destinada (ha)	-	72.144,10	-	72.144,10	-	-
21.122.0138.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.128.0139.4572	A	4	Servidor Capacitado	62	82	-	82	132,26	-
21.631.1120.2109	A	4	Família Acampada Assistida	-	2.685	-	2.685	-	-
21.631.1120.4284	A	4	Família Assistida	-	30	-	30	-	-
21.631.1120.4304	A	4	Família Assistida	-	30	-	30	-	-
21.422.1433.8402	A	4	Mulher Atendida	-	-	-	-	-	-
21.127.1336.1642	P	3	Área Reconhecida	302	-	-	-	-	-
21.363.1350.8370	A	4	Profissional Formado	80	-	67	67	83,75	13

21.122.1350.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.606.1427.4470	A	3	Família Atendida	6.636	-	15.137	15.137	228,10	-
21.122.1427.2272	A	4	-	-	-	-	-	-	-
21.122.0750.2000	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: PO/2011, LOA 2011, PPA 2008-2011 e Módulo De Monitoramento e Avaliação - SIR

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

As Unidades Gestoras que compõem a UJ – 373085 Superintendência Regional, 133084 Unidade Avançada de Araguaína, 373079 Unidade Avançada de Gurupi e 373086 Unidade Avançada de Araguatins, não são Unidades Orçamentárias (UO) e não têm Unidade Gestora Orçamentária (UGO) consolidada ou agregada.

Esta UJ não figura na LOA - Lei Orçamentária Anual, sendo que a mesma depende de provisões do Incra/Sede para executar ações e programas.

Dessa maneira justificamos o não preenchimento dos quadros A.2.3 (Identificação das Unidades Orçamentárias) A.2.4 (Programação de Despesas Correntes), A.2.5 (Programação de Despesas de Capital) e A.2.6 (Quadro Resumo da Programação de Despesas).

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	37301	21122013522720001	-	-	146.021,42
		37301	21122013722720001	-	-	1.101.753,96
		37301	21122013822720001	-	-	295.964,83
		37301	21122075020000001	3.435,72		2.018.003,45
		37301	21122112043040001	-	-	2.301,00
		37301	21122135022720001	-	-	8.905,00
		37301	21122142722720001	-	-	94.354,00
		37301	21125013821050001	-	-	37.341,00
		37301	21127013844260001	-	-	6.941,62
		37301	21127133616420001	-	-	113.276,90
		37301	21128013945720001	-	-	56.893,30
		37301	21183112042840001	-	-	8.938,50
		37301	21363135083700001	-	-	192.130,45
		37301	21422143384020001	-	-	10.018,64
		37301	21606142744700001	-	-	2.457.750,37
		37301	21631013583740001	-	-	708.783,85
		37301	21631013583840001	-	-	130.214,40
		37301	21631013583870001	-	-	250.283,66
		37301	21631013743580001	-	-	168.618,93
		37301	21631112021090001	-	-	49.403,59
		37301	21122135022720001	-	-	146.021,42
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	21122075020000001	678.596,05	-	-
		373001	21631013783960001	20.243.797,44	-	-
		373001	21631013783960017	400.000,00	-	-
		373001	21631112021090001	99.433,16	-	-
		373001	21631013544600001	-	6.061.665,95	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI 2011

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	3.454.841,72	4.334.253,17	2.067.348,15	2.175.697,62
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	647.753,63	804.498,70	-	-
Concorrência	182.313,16	432.727,58	20.568,10	-
Pregão	2.624.774,93	3.097.026,89	2.046.780,05	2.175.697,62
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	1.338.685,77	1.680.621,52	831.817,58	596.794,93
Dispensa	459.469,00	430.571,39	334.923,08	390.610,01
Inexigibilidade	879.216,77	1.250.050,13	496.894,50	206.184,92
Regime de Execução Especial	123.278,57	211.283,94	123.278,57	211.283,94
Suprimento de Fundos	123.278,57	211.283,94	123.278,57	211.283,94
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ¹⁸	-	-	-	-
Diárias	1.115.251,71	2.383.525,70	1.114.353,14	2.382.342,08
Outros				

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

¹⁸ Registra-se que essa informação é de responsabilidade do Incra/Sede. O processamento da folha de pagamento de pessoal referente a totalidade de servidores lotados nesta Regional é realizado na Divisão de Pagamento da Coordenação Geral de Pessoas do Incra/Sede. Nesta regional é feita apenas atualização das informações de pagamento mensalmente no SIAPE, conforme consta do art. 114, inciso i, alínea “b”, da Portaria n.º 20, de 8 de abril de 2009, que instituiu o regimento interno do Incra.

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	3.435,72	4.183,85	3.435,72	4.183,85		-	3.435,72	4.183,85
Obrigações Patronais	-	4.183,85	-	4.183,85	-	-	-	4.183,85
Outros Benefícios Assistenciais	3.435,72	-	3.435,72	-	-	-	3.435,72	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-		-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	7.785.804,04	16.520.285,45	4.536.842,79	16.520.285,45	3.248.961,25	7.371.037,68	4.533.504,51	9.149.247,77
Diárias - Pessoal Civil	1.115.251,71	2.383.525,70	1.115.251,71	2.383.525,70	-	1.183,62	1.114.353,14	2.382.342,08
Material de Consumo	820.585,81	1.035.328,77	621.332,66	1.035.328,77	199.253,15	215.436,14	621.301,13	819.892,63
Passagens e Despesas com Locomoção	37.242,49	96.888,33	11.684,79	96.888,33	25.557,70	25.096,89	11.684,79	71.791,44
Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	107.845,50	69.381,90	66.965,50	69.381,90	40.880,00	3.532,90	66.965,50	65.849,00
Locação de Mão-de-obra	1.343.343,62	1.150.732,84	1.162.225,23	1.150.732,84	181.118,39	114.756,58	1.162.225,23	1.035.976,26
Outros Serviços de Terceiros PJ	1.032.189,43	1.244.469,31	815.453,09	1.244.469,31	216.736,34	453.271,55	813.044,91	791.197,76
Contribuições ¹⁹	2.649.880,82	9.416.517,61	373.635,45	9.416.517,61	2.276.245,37	5.588.294,04	373.635,45	3.828.223,57
Obrigações Tributárias e Contributivas	679.431,07	1.042.080,26	370.260,77	1.042.080,26	309.170,30	969.465,96	370.260,77	72.614,30
Sentenças Judiciais	33,59	-	33,59	-	33,59	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	51.802,25	-	51.802,25	-	-	-	51.802,25
Indenizações e Restituições	-	29.558,48	-	29.558,48	-	-	-	29.558,48

Fonte: SIAFI

¹⁹ Convênios de Assessoria Técnica/ATES firmados com o RURALTINS, COOPTER e COOPVAG.

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	21.421.826,65	7.987.926,66	20.568,10	7.987.926,66	21.401.258,55	7.350.997,68	20.568,10	636.928,98
Contribuições ²⁰	20.482.052,38	6.347.050,24	-	6.347.050,24	20.482.052,38	5.884.984,90	-	462.065,34
Obras e Instalações	830.066,79	1.260.944,92	20.568,10	1.260.944,92	809.498,69	1.246.461,28	20.568,10	14.483,64
Equip.e Material Permanente	109.707,48	379.931,50	-	379.931,50	109.707,48	219.551,50	-	160.380,00
5 – Inversões Financeiras	38.782.671,47	28.156.810,98	11.734.939,34	28.156.810,98	27.047.732,13	19.810.600,00	11.734.939,34	8.346.210,98
Aquisição de Imóveis ²¹	6.060.471,47	2.535.610,98	4.510.939,34	2.535.610,98	1.549.532,13	-	4.510.939,34	2.535.610,98
Concessão de Empréstimos e Financiamentos ²²	32.722.200,00	25.621.200,00	7.224.000,00	25.621.200,00	25.498.200,00	19.810.600,00	7.224.000,00	5.810.600,00
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

²⁰ Convênios firmados com Municípios e Secretaria Estadual de Infraestrutura para a execução de obras de infraestrutura (Implantação e recuperação de estradas vicinais) em Projetos de Assentamentos.

²¹ Pagamento de benfeitorias de imóveis rurais desapropriados.

²² Concessão de Crédito Instalação a famílias assentadas.

Análise crítica

Em uma breve análise dos valores descritos nos quadros acima, pode-se extrair que no exercício de 2011 houve um incremento significativo na execução das despesas de capital, investimentos e inversões financeiras, e decréscimo nas despesas correntes em comparação com o exercício de 2010.

No tocante às despesas de capital, destaca-se uma execução orçamentária significativa para fomentar parcerias com o Estado e Municípios a fim da implantação e recuperação de estradas em projetos de assentamento, a concessão de crédito instalação aos assentados, aquisição de imóveis rurais para criação de novos Projetos de Assentamentos.

Há de se registrar que a Programação Operacional da Autarquia para o exercício 2011 só foi aprovado no final do segundo semestre do exercício, e isso aliado à insuficiência de recursos financeiros e capacidade operacional da Regional reduzida (veículos, servidores e equipamentos) vem provocando efeitos graves na gestão orçamentária desta Superintendência Regional.

2.5 Indicadores Institucionais²³

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. · Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	26.725434,03/27.762.097,00*100=96,27
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.	399/1596*100=25%

	INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	37/501=7,39

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	36.530.681,37/15758,026= 2.318,23
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	44/5*100=880

Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	53/368*100=14,40
							Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	observação ²⁴
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	246/341*100=72,14

²⁴ Esta regional não dispõe desse índice. informamos que o sistema de parcelamento adotado em grande parte dos projetos, as famílias residem nas parcelas e são responsáveis pela construção de poços e cisternas. Contudo, foi iniciada no exercício de 2009, com conclusão prevista para 2012, obra de sistema de distribuição água a fim de atender a 16 (dezesesseis) famílias assentadas no projeto de Assentamento Capivara Município de Porto Nacional/TO.

Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR.	Informamos que a Regional não dispõe dessa informação
							Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	672/1.166*100=57,63
							Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	$5.970/15.137*100=39,44\%$
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	$15.137/23.647*100=64,01$
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.p df em 22/04/2008, ou	Esclarecemos que a Regional não dispõe dessa informação

							norma que substituí-la.	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	$1.446/24.584 \times 100 = 5,88$
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não foram criados projetos ambientalmente diferenciados no exercício de 2011 no âmbito da UJ.

Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	Não há projetos consolidados no âmbito da UJ
---	--	----------------------------------	-----------	---------------	-------------	---	---	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$82/165 \times 100 = 49,70$
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	$1205/164 \times 100 = 734,75$
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	SIAFI e SICONV	$12/3 \times 100 = 400$

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	Não houve auditoria no exercício de 2011.
------------------------------	---	--	-----------	-----	-------------	--	--	---

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					
Não houve ocorrência no exercício.					

Fonte: SIAFI 2011.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2006	503.182,02	79,96	348.102,06	155.000,00
2007	1.122,44	965,12	9,12	148,20
2009	4.183,24	0,00	0,00	4.183,24
2010	100.383,62	99.200,00	0,00	1.183,62
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2008	19.896.366,06	3.472.307,76	15.796.267,75	627.790,55
2009	34.289.774,60	1.176.185,77	29.791.430,41	3.322.158,42
2010	34.531.451,74	1.823.634,72	22.452.027,58	10.255.789,44
2011	51.595.452,45	0,00	0,00	51.595.452,45
Observações:				

Fonte: SIAFI 2011.

4.1 Análise Crítica

O montante de créditos inscritos em restos a pagar nos exercícios de 2008, 2009, 2010 e 2011 são originários, em grande parte, de serviços de Assistência Técnica – ATES, contratos e convênios de Obras de Infraestrutura em Projetos de Assentamentos e Concessão de Crédito Instalação em suas diversas modalidades.

O principal motivo para o aumento da inscrição em restos a pagar nos três últimos exercícios foi a falta de repasse de recursos financeiros dentro do exercício de competência da despesa e convênios e licitações para de Obras de Infraestrutura em Projetos de Assentamentos realizadas no mês de dezembro de cada exercício.

Por fim, vale mencionar que os contratos continuados e as despesas com energia elétrica, água e esgoto, luz, telefone, passagens aéreas, correios, combustível representam despesas que necessariamente serão sempre inscritas em restos a pagar, tendo em vista que as faturas destes serviços geralmente são apresentadas no início do exercício seguinte.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade²⁵

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	163	0	1
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	163	0	1
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	160	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	3	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	163	0	1

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

²⁵ As informações sobre Recursos Humanos da unidade foram disponibilizadas pelo INCRA/SEDE.

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Função de Confiança	1
1.2. Lei Complementar 73/93 (AGU)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2)	3
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	1
5.2. Interesses particulares	2
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: Extração SIAPE fev/12.

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	19	8	5
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	19	8	5
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	15	8	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-		-	1
1.2.4. Sem vínculo	-	2	-	2
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	20	8	5

Fonte: Relatório SIAPE Incra/Sede

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	4	21	28	78	15
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	4	21	28	78	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	1	8	5	6	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	8	4	6	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	1	-	-
3. Totais (1+2)	5	29	33	84	15

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	1	17	-	68	60	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	1	17		68	60	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	8	12	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	7	12	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	1	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	1	17	-	76	72	-	-	-
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	21	2
1.1 Voluntária	21	-
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	2
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	19	-
2.1 Voluntária	16	-
2.2 Compulsória	3	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	40	2

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	7	7	7	7	45.474,01
1.1 Área Fim	2	2	2	2	13.219,19
1.2 Área Meio	5	5	5	5	32.254,82
2. Nível Médio	7	7	7	7	30.713,29
2.1 Área Fim	4	4	4	4	17.499,43
2.2 Área Meio	3	3	3	3	13.213,86
3. Total (1+2)	14	14	14	14	76.187,30

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	8.258.705,07	-	739.812,24	251.489,29	1.446.333,82	441.233,86	1.234,17	0,00	7.780,68	11.146.589,13
	2010	7.786.481,56	-	709.601,02	236.518,39	2.143.824,20	863.528,09	256,64	4.469,93	8.403,69	11.753.083,52
	2009	8.390.733,47	-	740.960,07	238.378,37	1.155.011,08	1.097.271,43	2.891,53	0,00	8.676,72	11.633.922,67
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-		2.009,42	-	-	-	-	2.009,42
	2010	-	-	-		614,05	-	-	-	-	614,05
	2009	-	-	-		265,50	-	-	-	-	265,50
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	-	393.283,52	-	-	165.553,28	-	-	-	-	558.836,80
	2010	-	423.188,87	-	-	176.793,45	-	-	-	-	599.982,32
	2009	-	398.370,23	-	-	60.486,39	-	-	-	-	458.856,62

Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	-	5.052,12	-	-	2.489,06	-	-	-	-	7.541,18
	2010	-	5.052,12	-	-	3.961,98	-	-	-	-	9.014,10
	2009	-	5.052,12	-	-	0,00	-	-	-	-	5.052,12

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2009	R\$ 146.746,23
2010	R\$ 78.997,07
2011	R\$ 23.104,40

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada²⁶

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.

Não houve ocorrência no âmbito da UJ.

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.

Não houve ocorrência no âmbito da UJ.

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.

Não houve ocorrência no âmbito da UJ.

²⁶ Não se aplica a UJ.

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 373085/37201							CNPJ: 00.375.972/00095-40						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados ²⁷						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	1.000/07	07.241.070/0001-80	09/02/2007	03/03/2012							P
2010	V	O	1.000/10	00.160.911/0003-48	04/03/2010	08/05/2012							A
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Relação de contratos SR(26)26/A.

²⁷ Por meio do contrato de limpeza e higiene foram contratados 13 (treze) postos de trabalho, nos quais não é exigida a comprovação de escolaridade. Com relação ao contrato de vigilância ostensiva a Regional contratou 25 (vinte e cinco) postos, nos quais não é exigida escolaridade apenas o curso de formação de vigilantes.

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 373085/37201							CNPJ: 00.375.972/00095-40						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	23000/2009	08.573.956/0001-94	01/12/2009	30/09/2011			20	20			E
2009	4	O	9000/2009 ²⁸	06.055.186/0001-62	20/07/2009	19/07/2012							P
2010	1	O	12000/2010	07.804.828/0001-41	22/11/2010	29/11/2012			2	2			P
2011	1	O	7000/2011	09.134.888/0001-20	29/09/2011	28/09/2012			17	17			A
2011	1	O	6000/2011	07.855.231/0001-26	29/09/2011	28/09/2012			11	11			A
Observação:													
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Relação de contratos SR(26)/A

²⁸ Locação de máquinas fotocopadoras com de mão-de-obra (02 contratados) não é exigida a comprovação de escolaridade para a execução dos serviços contratados.

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

No exercício de 2011 a Regional não utilizou instrumentos internos ou indicadores sistematizados para a verificação efetiva do desempenho funcional de seus servidores.

Não obstante a isso, no exercício de 2012 será aplicado nesta Superintendência Regional como também nas demais, Avaliação de Desempenho para fins de concessão da Gratificação de Desempenho, nos termos do Decreto 7.133/10, que nos dará subsídios para verificarmos o desempenho dos servidores.

Por fim, vale mencionar que a instituição de outros indicadores, a exemplo de acidentes de trabalho, doenças ocupacionais, rotatividade de pessoal, absenteísmo, motivação e satisfação e motivação, depende de anuência do Incra/Sede e está condicionada contratação de novos servidores uma vez que o Serviço de Desenvolvimento Humano desta Regional não tem pessoal suficiente para gerir tais indicadores.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins										
CNPJ: 00.375.972/0001-60					UG/GESTÃO: 373085					
Informações sobre as transferências										
			Valores Pactuados		Valores Repassados					
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Vigência		Sit.	Obs:
							Início	Fim		
1	701704	COOPTER	5.683.570,78	170.507,12	1.450.265,82	4.652.521,34	26-nov-08	31-dez-11	4	-
1	700799	EFA	1.212.780,00	108.780,00	347.936,65	1.223.269,08	1-dez-08	30-dez-11	4	-
1	703338	Prefeitura Municipal de Angico	342.947,90	10.288,79	-	332.659,11	30-dez-09	3-fev-11	4	-
1	703533	Prefeitura Municipal de Aragominas	935.847,47	28.943,73	-	906.903,74	22-dez-09	19-fev-11	4	-
1	703346	Prefeitura Municipal São Valério da Natividade	265.183,83	8.201,76	-	138.959,91	29-dez-09	28-jun-11	2	-
1	703592	Prefeitura Municipal de Araguatins	1.475.767,42	75.767,42	700.000,00	1.260.000,00	24-dez-09	4-nov-11	4	-
1	733659	Prefeitura Municipal de Praia Norte	257.125,28	7.525,28	90.856,14	249.600,00	28-jun-10	25-jan-12	4	-
1	733663	Prefeitura Municipal de Riachinho	862.896,68	25.886,90	837.009,78	837.009,78	25-nov-10	5-fev-12	4	-
1	752967	Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins	514.873,45	14.873,45	309.849,80	309.849,80	22-dez-10	14-jan-12	4	-
1	734067	Prefeitura Municipal de Tocantínia	256.480,00	7.700,00	248.780,00	248.780,00	8-dez-10	14-jan-12	4	-
1	701979	RURALTINS	2.292.400,00	379.920,00	-	393.200,00	26-dez-08	31-dez-11	4	-
1	704559	Prefeitura Municipal de Porto Nacional	149.424,20	4.500,00	68.699,50	141.699,20	24-dez-09	10-set-11	4	-
1	701976	RURALTINS	4.161.366,67	533.120,00	-	750.000,00	26-dez-08	31-dez-11	4	-

1	701021	RURALTINS	757.985,00	162.348,00	-	411.673,50	24-dez-08	24-dez-12	1	Em execução
1	733664	Prefeitura Municipal de Esperantina	893.749,88	26.593,30	867.156,58	867.156,58	28-dez-10	29-mar-12	1	Em execução
1	734152	Prefeitura Municipal de Itaguatins	524.000,00	39.000,00	323.332,00	323.332,00	29-dez-10	19-abr-12	1	Em execução
1	733661	Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade	499.620,29	14.988,61	161.543,90	161.543,90	22-dez-10	16-jul-12	1	Em execução
1	734068	Prefeitura Municipal de Santa Fé do Araguaia	464.000,00	14.000,00	119.293,36	270.954,10	1-jul-10	30-mar-12	1	Em execução
1	752973	Prefeitura Municipal de Guaraí	518.046,90	14.796,90	280.288,36	280.288,36	28-dez-10	16-jul-12	1	Em execução
1	733665	Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins	828.804,75	24.864,14	321.576,23	321.576,23	31-dez-10	25-abr-12	1	Em execução
1	735992	Prefeitura Municipal de Cariri do Tocantins	146.824,91	3.000,00	143.824,91	143.824,91	23-dez-10	6-mai-12	1	Em execução
1	752969	Prefeitura Municipal de Axixá do Tocantins	380.681,59	7.613,63	235.867,96	235.867,96	31-dez-10	5-ago-12	1	Em execução
1	756008	Prefeitura Municipal de Pau D'arco	540.000,00	57.000,00	-	-	20-dez-11	20-dez-12	1	Em execução
1	756023	Prefeitura Municipal de Couto Magalhães	207.442,38	4.149,00	-	-	28-dez-11	28-dez-12	1	Em execução
1	756203	Prefeitura Municipal de Praia Norte	415.291,44	19.532,44	-	-	23-dez-11	23-dez-12	1	Em execução
1	756657	Secretaria Estadual de Infra Estrutura	31.936.451,41	12.936.451,41	-	-	22-dez-11	22-dez-15	1	Em execução
1	762702	Prefeitura Municipal de Muricilândia	409.000,00	9.000,00	-	-	28-dez-11	28-dez-12	1	Em execução
1	601059	ITERTINS	695.508,20	69.550,82	-	-	27/dez/07	25-nov-12	1	Em execução
1	632156	COOPTER	3.581.039,00	107.431,17	918.294,16	3.004.101,59	18/ago/08	29-fev-12	4	Prestação de Contas em Análise
1	636889	COOPVAG	7.093.527,00	212.805,81	612.000,00	5.166.833,55	30/out/08	29-jun-2012	2	TCE

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído

5 - Termo de Compromisso

5 - Excluído

6 – Rescindido

7 – Rescindido

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins					
CNPJ:	00.375.972/0001-60					
UG/GESTÃO:	373085					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	5	13	13	7.688.638,50	5.680.669,19	9.568.967,65
Contrato de Repasse		-	-	-	-	-
Termo de Cooperação		-	-	-	-	-
Termo de Compromisso		-	-	-	-	-
Totais	5	13	13	7.688.638,50	5.680.669,19	9.568.967,65

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373085		
Modalidade	Quantidade de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	2	38.004.237,30	12.832.392,26	25.171.845,04	33,76
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	22	38.004.237,30	12.832.392,26	25.171.845,04	33,76

Fonte: SIAFI e SICONV.

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373085		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados ²⁹		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	3	-	-
		Montante Repassado	1.381.262,05	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	1.398.959,91	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	6	-	-
		Montante Repassado	1.553.014,38	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	299.730,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Consulta SIAFI e SICONV

²⁹ Embora o Serviço de Contabilidade analise em média 02 (duas) prestações de contas parciais por convênio, no cálculo das prestações de contas aprovadas estão contabilizadas apenas as prestações de contas finais.

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins					
CNPJ: 00.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373085		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			3	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)			-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas ³⁰	Quantidade	1	-
Montante repassado (R\$)	141.699,20		-		
2010	Quantidade de contas prestadas			6	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	6	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-
			Montante repassado (R\$)	-	-
2009	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	1	-
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-
			Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-
			Montante repassado	-	-

Fonte: Consulta SIAFI e SICONV.

³⁰ Convênio 704559, firmado com a Prefeitura Municipal de Porto Nacional para a execução de obras de infra-estrutura em projetos de assentamentos, a parte contábil foi analisada no exercício de 2011, todavia a falta a conclusão da análise da parte física.

6.2 Análise Crítica

No exercício de 2011, em relação a exercícios anteriores, houve um decréscimo na celebração de parcerias por meio de convênios. Isso ocorreu em virtude da adequação da capacidade operacional desta Regional.

Relata-se que a insuficiência de recursos financeiros para pagamento dos compromissos assumidos mediante convênios e a quantidade de servidores que atuam diretamente na análise de prestações de contas, além das atribuições inerentes à seus cargos - 01 (contador), 02 (dois) engenheiros civis e 02 (dois) engenheiros agrônomos - é um fator limitador a celebração de parcerias por esta Regional.

Outro fato limitador é a baixa capacidade operacional e gerencial dos convenientes, pois estes se tratam, em sua maioria, de municípios muitos pequenos e pobres de recursos humanos e financeiros. Esse fato gera um acúmulo ainda maior de atribuições para a equipe desta autarquia, visto que precisa assumir atribuições que seriam de responsabilidade daqueles, como acompanhamento da vigência e notificações diversas para que a prestação de contas seja efetuada de acordo com a legislação vigente, por exemplo.

Apesar dessas dificuldades, tivemos um grande decréscimo de nosso estoque, conseguindo aprovar 09 prestações de contas no SICONV, mudar o status de “Aguardando Prestação de Contas” para “Prestação de Contas em Análise” de 07 (sete) convênios, e solicitação de cancelamento ao Ministério do Planejamento de 02 (dois) convênios que não tiveram recursos liberados e execução de objeto.

Entretanto, esta Regional ainda possui estoque elevado de convênios, 19 (dezenove) a serem geridos no exercício de 2012 e seguintes. Isso pode acarretar atrasos tanto no prazo legal (60 (sessenta) dias) de apresentação das prestações de contas pelos convenientes quanto no prazo de análise na parte física e contábil/financeira por parte desta Superintendência.

É importante mencionar que, com retomada dos procedimentos do concurso INCRA 01/2010, de 08 de abril de 2010, a Regional já planejou a criação do núcleo de controle interno mediante o provimento 3 (três) Contadores, 2 (dois) Analistas Administrativo e 4 (quatro) Engenheiros Civis, o que vai incrementar a capacidade operacional, tanto para o acompanhamento na execução das parcerias quanto para a análise das prestações de contas.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ruberval Gomes da Silva, CPF 158.213.741-20, Superintendente Regional da SR(26)TO, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, quanto aos convênios e instrumentos congêneres não estão integralmente disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas-TO, 30 de março de 2012

Ruberval Gomes da Silva
CPF 158.213.741-20

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	19	19	19
	Entregaram a DBR	19	18	18
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: Planilha de acompanhamento de entrega DBR.

Análise Crítica

O Serviço de Desenvolvimento Humano desta Regional solicita anualmente por meio de memorando circular, às divisões que os ocupantes cargos em comissão entreguem cópias das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa, ou apresente autorização de acesso aos dados.

Registra-se que não há no âmbito da regional sistema informatizado para o gerenciamento e controle desses procedimentos e não há análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

A guarda dessas declarações é realizada em pastas específicas, tendo os declarantes, chefias e interessados acesso às mesmas.

Cumprir informar, que no exercício de 2011 dos 19 (dezenove) servidores que ocupam cargo em comissão, apenas 01 (um), exonerado em 07/11/2011, deixou de entregar a declaração de ajuste anual ano calendário 2011-Exercício 2011.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	X				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	X				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>Lâmpadas econômicas e aparelhos de Ar condicionado Classe Econômica Tipo “ A”, todavia ainda não foi feito avaliação em relação ao consumo de energia.</i>				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Reuniões com servidores.					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? Reuniões com servidores.			X		
Considerações Gerais: <i>Itens 1, 2, 3 e 4: - Aspectos sobre a gestão ambiental -</i> ➤ <i>Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia;</i> ➤ <i>As licitações para aquisições de veículos são realizadas pelo INCRA/SEDE;</i> ➤ <i>As aquisições realizadas nos exercícios 2010/2011, levaram em consideração o disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta;</i> ➤ <i>Regionais que realizaram licitações de bens e serviços de TI devem responder este quesito.</i> <i>Itens 5,6,8,9,10,11,12 e 13:</i> <i>Costumeiramente na instituição estes itens são adquiridos pela Manutenção das Unidades, (Divisões de administração).</i>					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					
--	--	--	--	--	--

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TOCANTINS	7	7
	Araguaína	2	2
	Araguatins	1	1
	Gurupi	1	1
	Palmas	2	2
	Formoso do Araguaia	1	1
Subtotal Brasil		7	7
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		7	7

Fonte: SPIUnet

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TOCANTINS	2	2
	Araguatins	1	1
	Gurupi	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR		-	-
Subtotal Exterior		2	2
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUnet

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação ³¹	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício ³²	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373085	9241000115001	Uso em serviço público	Regular	310.000,00 (Cr\$)	16/08/2011	76.033,50	-	6.714,63
373085	9241000475008	Uso em serviço público	-	83.000,00	06/07/2011	134.376,00	-	-
373085	9243 000205007	Uso em serviço público	-	73.500,00	16/08/2011	78.750,00	-	-
373085	9385000405008	Uso em serviço público	Novo	95.814,60	13/05/2009	156.432,00	-	-
373085	9733000335002	Uso em serviço público	Reparos importantes	14.538,28	30/11/2011	984.032,00	-	102.000,00
373085	9733000345008	Uso em serviço público	-	97.709.341,68 (CR\$)	29/11/2011	360.000,00	-	-
373085	9365000045007	Em Regularização - Outros	-	10.720.800,00	27/11/2001	-	-	-
Total							-	108.714,63

Fonte: SPIUnet e SIAFI 2011.

11.1.1 Análise crítica:

A Superintendência Regional do Tocantins possui sob sua responsabilidade 07 (sete) imóveis de uso especial, localizados nas cidades de Palmas, Araguaína, Araguatins, Gurupi e Formoso do Araguaia.

Em Palmas, a Superintendência Regional possui dois imóveis urbanos com área total de 6.720,16 m². O primeiro possui área de 4.920,16 m², onde está instalada a sede da autarquia, com área edificada de 3.210,13 m². O segundo trata-se de uma área de 1.800 m² sem edificação.

Em Gurupi, a unidade avançada funciona em imóvel alugado, desde 1996, de propriedade de terceiro com área construída de 588,42 m² e área livre de 911,58 m², localizado à Rua 8, nº 1226, na área central do município. A Regional concluiu a construção de instalações próprias em terreno de 900 m², com área edificada 787,82 m², cuja mudança definitiva será efetuada este ano.

³¹ No preenchimento da coluna foi utilizado o critério da situação das instalações físicas. Informa-se que os campos que não estão preenchidos são referentes a terrenos; sem edificações em Palmas e Araguatins, RIP's 9733000345008 e 9243000205007, onde esta sendo construída prédio da Unidade Avançada de Araguaína RIP 9241000475008, e um imóvel rural denominado Fazenda Pantanal localizada no município de Formoso do Araguaia, RIP 9365000045007.

³² Os valores gastos com a manutenção das instalações dos imóveis, R\$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) refere-se a despesas executadas por meio dos contratos 17000/2010 firmado com a empresa Rocha Dourado & CIA Ltda, para manutenção de Ar Condicionado da Sede da SR(26)TO, 3000/2009 Elevadores Atlas Schindler S/A para manutenção dos elevadores da sede da SR(26)TO. Quanto ao valor de R\$ 6.714,63 (seis mil, setecentos e quatorze reais e sessenta e três centavos) refere-se a despesas com manutenção do prédio da Unidade Avançada de Araguaína.

Em Araguaína, a unidade avançada está instalada em terreno de 510,46 m², no qual há uma construção antiga de 353,22 m² de área, construída em 1981, e um prédio de dois pavimentos com área total de 197 m², edificado em 1995.

O prédio de 352,22 m² é oriundo do extinto Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). Não possui condições adequadas para atendimento ao público, em especial quanto às condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, e funcionamento geral do órgão. Em virtude da falta de espaço, por exemplo, as viaturas da unidade são guardadas no pátio do Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (DNIT), distante dez quilômetros da unidade, assim como parte do arquivo documental.

Em Araguaína, o Incra está investindo na construção de nova sede. A instalação em execução terá área construída de 835,75 m² e na vistoria realizada, dia 10 de fevereiro de 2012, encontrava-se com 62% concluída. A edificação está localizada em imóvel doado pelo município de Araguaína com área de 1.689 m².

No exercício de 2011, esta Regional fez gestão junto a Secretaria do Patrimônio da União-SPU no sentido de que esse órgão realizasse procedimentos de avaliação dos imóveis de uso especial que estão sob a responsabilidade desta UJ. Para tanto a regional custeou a despesas com os deslocamentos dos técnicos da SPU, o que proporcionou a avaliação de 05 (cinco) imóveis, localizados em Palmas (RIP's 9733000335002 e 9733000345008), Araguaína (RIP's 9241000115001 e 9241000475008) e Araguatins RIP 9243000205007 e Gurupi (RIP 9385000405008). Em Gurupi, o prédio próprio construído pelo Incra foi avaliado pela SPU, mas os dados não foram inclusos no SPIUnet uma vez que o registro do imóvel não foi averbado em cartório.

No caso do imóvel de RIP nº 9365000045007, denominado Fazenda Pantanal, localizado no município de Formoso do Araguaia, esta Regional está fazendo gestão junto a SPU para que o exclua da relação de bens de uso especial, pois, embora conste no SPIUnet como um bem imóvel de uso especial desta Superintendência Regional, o mesmo não está vinculado a nenhum tipo de atividade seja ela finalística ou administrativa desta Regional.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.³³

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			X		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.			X		
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Não contratos de terceirização no âmbito da UJ.				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais: Item: Planejamento ✓ 1 - Planejamento Institucional - O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada; ✓ 2 - Planejamento Estratégico - O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porém sua execução é centralizada					

³³ Os itens em branco serão apresentados de maneira consolidada pela Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação – DET no Relatório de Gestão do INCRA/SEDE.

- ✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.

Item: Recursos Humanos de TI

- ✓ 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição;

Item: Segurança da Informação

- ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI
- ✓ 7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição.

Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas

- ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI;
- ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades;
- ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos;
- ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG;

Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

- ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos;
 - ✓ 11 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações;
 - ✓ 13 – A Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição;
- 14 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

--	--	--	--	--	--

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373085	Limite de Utilização da UG		4.000.000,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual ³⁴	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Raimundo Cícero Ramos Sales	025.190.111/49	1.000,00	144,40	5.411,31	5.555,71
Jose Ribamar de Oliveira Carvalho	063.145.383/00	1.000,00	168,00	4.551,34	4.719,34
Alcides Alves Vieira	076.611.001/00	1.000,00	272,00	4.660,54	4.932,54
Nei Câmara Borba	076.845.763/72	1.000,00	264,00	1.976,01	2.240,01
Nilson Cavalcante Lima	093.799.081/72	1.000,00	120,00	5.573,07	5.693,07
Raimundo Pereira Bráulio	094.218.581/15	1.000,00	220,00	5.650,21	5.870,21
Teodorico Brandão de Sousa	101.127.073/00	1.000,00	378,00	11.251,95	11.629,95
Francisco das Chagas Ferreira Alves	139.630.072/49	1.000,00	286,00	3.554,34	3.840,34
Francisco Mirton de Araújo	151.063.221/20	1.000,00	86,00	4.623,66	4.709,66
Raimundo Fernandes da Silva	165.949.241/68	1.000,00	245,35	4.299,10	4.544,45
Francisco Maroto Custodio dos Anjos	177.893.033/68	1.000,00	48,00	4.434,85	4.482,85
Valdivino Bueno Duarte	180.654.141/68	1.000,00	1.976,92	12.050,51	14.027,43
Mário Francisco dos Santos	184.464.001/97	1.000,00	154,67	2.726,01	2.880,68
Miguel Costa Gomes	211.050.301/72	1.000,00	847,00	16.372,34	17.219,34
Edison Severino de Carvalho	217.191.951/53	1.000,00	72,00	3.562,50	3.634,50

³⁴ Valor máximo por transação.

Antônio Virgínio de Alencar	233.670.321/15	1.000,00	368,40	4.513,78	4.882,18
Total utilizado pela UG			5.650,74	95.211,52	100.862,26
Código da UG 2: 133084	Limite de Utilização da UG: 100.000,00				
José Ailson Amaral de Freitas	066.812.551/91	800,00	800,00	9.643,17	10.443,17
Total utilizado pela UG			800,00	9.643,17	10.443,17
Código da UG 3: 373079	Limite de Utilização da UG: 130.000,00				
Eduardo Gonçalves Lima	099.910.181/15	1.000,00	-	2.707,00	2.707,00
Isabel Vieira Carvalho	173.104.401/10	1.000,00	-	5.102,34	5.102,34
Total utilizado pela UG			-	8.101,75	8.101,75
Total utilizado pela UJ			6.450,74	112.956,43	119.407,17

Fonte: SIAFI e Gerenciador Banco do Brasil Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade ³⁵	(a) Valor	Quantidade ³⁶	(b) Valor	(a+b)
2011	-	6.450,74	-	112.956,43	119.407,17
2010	-	11.472,11	-	188.101,35	199.573,46
2009	-	6.938,27	-	165.537,06	172.475,33

Fonte: SIAFI

³⁵ A regional não dispõe de mecanismos eficazes para coletar esta informação.

³⁶ A regional não dispõe de mecanismos eficazes para coletar esta informação.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC030.433/2010-0	3301/2011 - TCU - 2ª Câmara	1.6	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins – Incra/SR-TO que adote providências com vistas à apuração integral das impropriedades relativas à execução do Convênio nº 4000/2009 (Siafi nº703338), firmado entre aquele órgão e a Prefeitura Municipal de Angico/TO, devendo, inclusive, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria Federal de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49474
Divisão de Desenvolvimento					49450
Síntese da providência adotada:					
A regional promoveu a análise das prestações de contas do convênio, constatando-se indícios de irregularidades na licitação e nota fiscal apresentada com prazo de validade expirado, como, em princípio, não havia elementos que configurasse prejuízos ao erário, pois de acordo com parecer técnico do Serviço de Engenharia da Regional o objeto foi realizado conforme o projeto básico, não foi deflagrado procedimento de Tomada de Contas Especial. Não obstante a isso a Regional comunicou o fato aos órgãos de controle, pois entende que esses órgãos detêm a competência para apurar esse tipo de irregularidade.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise das prestações de contas do termo, e comunicação dos fatos constatados ao órgão de controle.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Há de se relatar que a operacionalização do SICONV e a carência de pessoal contribui de maneira significativa para o não alcance de resultados significativos não gestão de convênios no âmbito desta Regional.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 024516/2007-0	552/2011 – TCU – Plenário	9.5	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
Determinar ao Incra/TO que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contadas a partir da notificação, informe a este Tribunal o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas dos convênios e termo de parceira abaixo listados, e, caso necessário, instaure as devidas tomadas de contas especial, conforme disposto no art. 28 e seguintes da IN STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, então vigente: ➤ 517.720 - Unitins; ➤ 517.722 – IBA; ➤ 517.729 - Fetaet/Coopter; ➤ 517.732 – Ruraltins; ➤ 564.080 – Ruraltins; ➤ 572.210 – Coopvag; ➤ 577.973 – Coopvag; ➤ 599.872 – Aesca; ➤ 599.884 – Coopvag; ➤ 632.156 – Coopter ➤ 636.889 – Coopvag ➤ 637545 - Coopter					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49474
Divisão de Desenvolvimento					49450
Síntese da providência adotada:					
Os convênios 517.720 - Unitins; 517.729 - Fetaet/Coopter, 517.732 – Ruraltins, 564.080 – Ruraltins e 599.872 – Aesca a época do acórdão já tinha sido finalizados, com a elaboração de parecer de fiscalização da execução física e contábil, sendo que a princípio não fora detectado indícios de irregularidades. O Convênio 517722 (IBA), encontrava-se em Tomada de Contas Especial a qual, nesta data, está em fase de elaboração do Relatório Final. Quanto aos convênios 632.156 Coopter, 636.889 Coopvag, 637.545 (Coopter) os mesmos estavam em execução, sendo que até aquela data, por meio da análise de suas prestações de contas parciais não tinham sido detectados indícios de irregularidades que ensejassem Tomada de Contas Especial.					
Síntese dos resultados obtidos					
-					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
-					

Além dos acórdãos descritos acima o Tribunal de Contas da União no exercício de 2011 expediu outros acórdãos, 1252/2011–TCU-Plenário, de 18 de maio de 2011, 2594/2011-TCU-Plenário de 28/09/2011 e 2910/2011– TCU – Plenário de 09/11/2011, os quais contém tratativas a fim de cientificar esta Regional de fatos relacionados ao acórdão nº 552/2011-TCU-Plenário.

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:				Código SIORG	
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins				4148	
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 020.986/2010-6	5741/2011 – TCU – 1ª Câmara	9.3.1	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
Em atendimento ao disposto na Portaria STN nº 564/2004, atualizada pela Portaria STN nº 467/2009 e pela Portaria STN 664/2010, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito instalação.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação				Código SIORG	
Divisão de Administração				49474	
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O atendimento do item em questão está vinculado à cobrança do Crédito Instalação, que apesar de constar nos normativos desta Autarquia Agrária ainda não foi efetivado de fato. Dessa maneira, fica impossível esta Superintendência Regional fazer este tipo de provisão. Vale mencionar que a Regional já solicitou orientações à Diretoria de Gestão Administrativa, sendo relatado que a Coordenação Geral de Contabilidade publicaria norma de execução referente à matéria a fim padronizar os lançamentos contábeis em todas as Superintendências Regionais do INCRA, uma vez que este problema afeta a entidade como um todo. Todavia, até o momento não ocorreu a publicação da citada norma.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O fator predominante que contribui para o não atendimento do item está relacionado a falta de norma execução referente à matéria a fim padronizar os lançamentos contábeis em todas as Superintendências Regionais do INCRA, uma vez que este problema afeta a entidade como um todo, e carência de pessoal a fim de efetuar o levantamento dos débitos de crédito instalação individualizado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 020.986/2010-6	5741/2011 – TCU – 1ª Câmara	9.3.2	Determinação	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
Apure, em até 60 (sessenta) dias, os indícios de direcionamento de marca e fornecedor em aquisição de purificadores de água, resultando em compra com valor 136% superior à melhor oferta, informando o resultado a este Tribunal.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					49474
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Esta Superintendência Regional instaurou, por meio da Portaria INCRA/SR(26)TO/Nº 36 de 12 de setembro de 2011, Sindicância de Cunha Acusatório, processo 54400.002439/2011-54, afim de apurar os fatos, descritos no referido item. A Comissão de Sindicância instituída pela respectiva portaria já concluiu os trabalhos, e o relatório final foi enviado à Procuradoria Federal Especializada do INCRA/SEDE, dia 29 de novembro de 2011 a fim de atender o constante no Art. 12 da Portaria/INCRA/P/Nº 191 de 30 de junho de 2009, sendo que a análise da regularidade do mesmo foi concluída em 08 de março de 2012.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Necessidade de compor a comissão com servidores de outra Regional devido a insuficiência de pessoal capacitado para condução do procedimento. .					

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109250	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Promover melhorias no controle interno administrativo, de modo a cumprir, rigorosamente, o que estabelece a Lei nº 8.730/93, quanto à obrigatoriedade da apresentação da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos ou funções de confiança.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			
Síntese da providência adotada:			
Instituição de rotina semestral de conferência quanto à obrigatoriedade da apresentação da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos ou funções de confiança.			
Síntese dos resultados obtidos			
Apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física exercício 2010-Calendário 2011 por parte dos servidores que ocupam cargos comissionados na Regional.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109250	1.1.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Notificar os servidores listados no campo "fato" para que apresentem as declarações de bens e rendas conforme determina a Lei nº 8730/93 ou autorizem o acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil conforme previsto na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da providência adotada:			
Todos os servidores ocupantes de cargos em comissão foram notificados por meio do MEMO CIRCULAR/INCRA/SR-26/SDH/Nº 006, de 18 de abril de 2011, a apresentarem suas declarações.			
Síntese dos resultados obtidos			
Apresentação das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física exercício 2010-Calendário 2011 por parte dos servidores que ocupam cargos comissionados na Regional.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201109250	2.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que providencie por meios administrativos e/ou legais o ressarcimento dos valores referente à remuneração do servidor SIAPE Nº 1221504, cedido a outra esfera da federação, e em caso de insucesso na implementação das medidas dispostas, determinar o retorno à origem desse servidor por meio de notificação pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da providência adotada:			
O Ente municipal foi notificado durante o exercício a recolher os valores pendentes, sendo recolhidos os valores referentes ao período de janeiro a outubro de 2011. No exercício de 2012, considerando que o débito referente ao exercício de 2011 não fora recolhido em sua totalidade, o servidor foi notificado a retornar ao Incra, todavia o mesmo não se apresentou a esta Superintendência Regional. A Prefeitura e o servidor foram notificados novamente da existência do débito relativo ao período de novembro de 2011 a fevereiro de 2012.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recolhimento dos valores referentes aos meses de janeiro à outubro 2011.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201109250	2.2.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Analisar no prazo máximo de 90 dias, a contar do seu recebimento, as prestações de contas parciais e finais, referentes aos convênios SIAFI nº 517732 e 636889, conforme estabelecido no art. 60 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n. 127, de 29/05/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Divisão de Desenvolvimento			49450
Síntese da providência adotada:			
As prestações de contas foram analisadas, sendo que o convênio, 517732 - RURALTINS, já teve baixa no SIAFI – “APROVADO” -, e o outro, 636889 – COOPVAG esta em Tomada de Contas Especial.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise das duas prestações de contas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201109250	2.2.2.2	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter rotina que permita analisar tempestivamente as prestações de contas apresentadas.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			49474
Síntese da providência adotada:			
Gabinete desta Regional institui rotina por meio de planilhas para acompanhamento da vigência dos convênios firmados, também foi reduzido o número de termos afim de adequação dos mesmos à capacidade operacional da Regional.			
Síntese dos resultados obtidos			
Apesar dos procedimentos adotados ainda não é possível, analisar as prestações de contas em tempo hábil.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A quantidade de servidores que atuam diretamente na análise de prestações de contas, além das atribuições inerentes à seus cargos - 01 (contador), 02 (dois) engenheiros civil, e 02 (dois) engenheiros agrônomos - é um fator limitador a analisar tempestivamente as prestações de contas apresentadas. Também, cita-se, como outro fator limitador, baixa capacidade operacional e gerencial dos convenientes, pois estes se tratam, em sua maioria, de municípios muitos pequenos e pobres de recursos humanos e financeiros. Esse fato gera um acúmulo ainda maior de atribuições para a equipe desta autarquia, visto que precisa assumir atribuições que seriam de responsabilidade daqueles, como acompanhamento da vigência e notificações diversas para que a prestação de contas seja efetuada de acordo com a legislação vigente, por exemplo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201109250	3.1.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Recolhimento ao erário, por parte dos usuários de telefonia móvel institucional, desobedientes ao contrato nº 17.000/2007 e a Portaria INCRA nº 307, de 16/10/2009, dos valores excedidos com devida correção legal.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da providência adotada:			
Os servidores detentores das linhas 04 (quatro) que excederam os valores da Portaria INCRA nº 307 foram notificados a recolher os valores excedentes, sendo que 02 (dois) recolheram os valores em sua totalidade, 01 (um) recolheu parte e 01 (um) não recolheu. Com relação ao servidor que não recolheu os valores, Procuradoria Federal Especializada – PFE/INCRA ajuizou ação para execução do débito e inscrição em dívida ativa. Quanto ao que recolheu os valores parcialmente, o servidor exercia cargo em comissão e vinha efetuado o recolhimento do débito por meio de folha de pagamento. Todavia, o mesmo foi exonerado não sendo mais possível o recolhimento, a Regional o notificou a recolher o débito caso não recolha os autos serão encaminhados à Procuradoria Federal Especializada – PFE/INCRA para procedimentos de inscrição em dívida ativa e posterior execução do débito.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recolhimento dos valores que a Portaria INCRA nº 307, de 16/10/2009, e ajuizamento de ação de execução de débito.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201109250	3.2.1.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos à Unidade que dê início a procedimento para que seja efetuado ressarcimento dos valores pagos a maior a título de auxílio-alimentação a servidora de matrícula SIAPE matrículas nº 6710462 e nº 0710462.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Síntese da providência adotada:			
A Regional por meio do Serviço de Desenvolvimento Humano adotou as providências necessárias para o ressarcimento dos valores pagos a maior a título de auxílio-alimentação das matrículas 6710462 e 0710462, sendo que a servidora já está efetuando o reembolso por meio de desconta em folha.			
Síntese dos resultados obtidos			
Reembolsos dos valores pagos a maior.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201109250	2.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter rotina que permita o acompanhamento desde a instauração até a finalização das Tomadas de Contas Especiais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Por meio da Portaria INCRA/P/Nº 508, de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2011, folha 40/41, a Auditoria Interna do INCRA tem a atribuição para acompanhar, controlar e supervisionar os processos de Tomadas de Contas Especiais instaurados no âmbito da autarquia. A mesma portaria institui o Sistema de Acompanhamento de Tomadas de Contas Especiais – SISTCE, a ser gerenciado pela Auditoria Interna, no entanto o mesmo ainda não foi implantado			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A não implementação do Sistema de Acompanhamento de Tomadas de Contas Especiais – SISTCE contribui diretamente para o não atendimento da recomendação no exercício.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201109250	2.2.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Recomendar à Comissão de Tomada de Contas Especial, designada pela Portaria/INCRA/SR-26 n.º 091, de 26/11/2010, que promova a conclusão dos trabalhos referentes aos processos 54400.003686/2007, 54400.000969/2004-39 e 54400.3555/2009-76, no prazo máximo de 60 dias, a contar do recebimento do relatório de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Gabinete SR(26)TO			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Com o advento da portaria/ CGU/ Nº 958, de 17 de maio de 2010, que regula uma nova ordem para instrução de processo de Tomada de Contas Especial, o processo 54400.003686/2007 foi arquivado por não se adequar a citada portaria. Foi autuado um novo processo sob o numero 54400.002440/2011-89, sendo que o mesmo foi concluído em 12 de janeiro de 2012. Quanto ao processo 54400.3555/2009-76, foi autuado um novo processo sob o nº 54400.00101/2012-49 para juntada por apensação nos termos da Portaria Normativa MPOG/Nº 05, de 19 de dezembro de 2012, sendo que o procedimento de Tomada de Contas foi concluído em 07 de fevereiro de 2012. O quadro reduzido de servidores, a falta de capacitação dos membros da Comissão de Tomada de Contas Especial e o não envio de extratos bancários de contas correntes contribui significativamente para a demora na conclusão dos processos 54400.003686/2007 e 54400.3555/2009-76, e não conclusão do processo de nº 54400.000969/2004-39 que foi finalizado devido ao não fornecimento dos extratos por parte da instituição financeira (Banco do Brasil).			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201109250	2.2.2.3	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Promover a atualização dos convênios não registrados no SICONV, consoante com o estabelecido no parágrafo 3º, artigo 19º, da Lei nº 12.309/2010.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Divisão de Desenvolvimento			49450
Divisão de Obtenção de Terras			49498
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A dificuldade de operacionalização do SICONV tanto por parte desta Regional quanto pelos convenientes, pois esse sistema é complexo e ainda está em construção, sofrendo constantes modificações na sua operacionalização, prejudicaram a adoção de providências pelo gestor. No exercício de 2011 a Regional notificou os convenientes para inserção dos dados relativos às prestações de contas no SICONV, palestra aos municípios sobre questões práticas ligadas a gestão de convênios e realização de procedimentos de baixa de prestações de contas. Apesar do entraves citados a Regional atualizou os dados de aprovação de 09 prestações de contas no SICONV; mudança do status de “Aguardando Prestação de Contas” para “Prestação de Contas em Análise” de 07 (sete) convênios, e solicitação de cancelamento ao Ministério do Planejamento de 02 (dois) convênios que não tiveram recursos liberados e execução de objeto.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201109250	3.1.3.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter rotinas que permitam a inserção correta e tempestiva dos dados dos bens imóveis especiais no SPIUnet. ➤ Capacitar pessoal designado formalmente para a correta inserção de dados no SPIUnet; ➤ Manter canal de discussão com a SPU/MPOG com o intuito de superar óbices na inserção e atualização dos dados dos bens especiais no SPIUnet; ➤ Estabelecer rotina para utilização dos imóveis somente a pessoas autorizadas e fins institucionais.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Justificativa para o seu não cumprimento:			
No exercício de 2011, esta Regional fez gestão junto a Secretaria do Patrimônio da União-SPU no sentido de que esse órgão realizasse procedimentos de avaliação dos imóveis de uso especial, sendo que foram avaliados avaliados de 05 (cinco) imóveis, localizados em Palmas (RIP's 9733000335002 e 9733000345008), Araguaína (RIP's 9241000115001 e 9241000475008) e Araguatins RIP 9243000205007 e Gurupi (RIP 9385000405008). A regional criou comissão para elaboração de melhorias das rotinas de utilização institucional dos imóveis que compõem a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins. Por último Foi designado servidor por meio da ordem de serviço para alimentação, atualização e emissão de dados do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUnet, todavia ainda não foi possível capacitar formalmente o servidor designado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201109250	4.1.2.1	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incrá – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Instituir e manter regras de designação formal de fiscais para cada instrumento pactuado, em como das atribuições e das formas de acompanhamento; Instituir e manter atualizado o planejamento das fiscalizações atentando para a qualidade dos produtos gerados.			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			49474
Divisão de Desenvolvimento			49450
Divisão de Obtenção de Terras			49498
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A regional designa por meio de ordem de serviço, o fiscal responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos instrumentos de parcerias e contratos, todavia, ainda não se conseguiu definir e institucionalizar o planejamento de fiscalizações desses instrumentos A insuficiência de recursos financeiros para cumprir com regularidade o cronograma de desembolso das parcerias firmadas por esta Regional e a quantidade de técnicos habilitados para fiscalização dos objetos das parcerias são os principais limitadores a institucionalização de rotina de fiscalização de obras e serviços.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
-			

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.

No exercício de 2011 não houve por parte da Auditoria Interna recomendações, apenas solicitações de informações a respeito do cumprimento de recomendações dos órgãos de Controle.

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

No exercício de 2011 não houve por parte da Auditoria Interna recomendações, apenas solicitações de informações a respeito do cumprimento de recomendações dos órgãos de Controle.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			4148
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Palmas/TO	Data	01/03/2012
Contador Responsável	Wesley Barros Rodrigues	CRC nº	1551/O-TO

- 17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).**

Em Anexo

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Com o início da análise do processo relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares, conforme, abaixo apresentamos os estágios de cada processo (ver tabela anexa):

Após a vigência da Lei nº 10.267/2001 que prevê o georreferenciamento da malha fundiária nacional nos casos de alienação, desmembramento, remembramento, parcelamento, entre outros, e da Portaria/ Incra/ nº 12/2006, que unificou os procedimentos de fiscalização, adotamos metodologia diferente, ou seja, aguardamos os proprietários rurais solicitarem a certificação do georreferenciamento e o CCIR de seu imóvel para iniciarmos procedimento fiscalização.

Nesta SR(26)/TO, existem 39 (trinta e nove) processos de fiscalização formalizados, com os seguintes estágios de andamentos:

- a) Processos encerrados com destaque regular - 7 (sete) imóveis com área de 102.060,7776 ha, e todas as verificações contidas no manual de fiscalização efetuadas (ver planilha anexa);
- b) Processos encerrados com parte da área sobreposição em área da UNIÃO FEDERAL - 2 (dois) imóveis com área de 49.808,5987ha. Processos encaminhados a Divisão de Regularização na Amazônia Legal para as providências necessárias, visto ser aquela divisão responsável pela regularização fundiária em áreas da UNIAO FEDERAL (ver planilha anexa);
- c) Encerrados com toda a área sem destaque em gleba do ESTADO - 1(um) imóvel com área de 11.206,3830ha (ver planilha anexa);
- d) Dos 28 (vinte e oito) imóveis restantes todos continuam sendo analisados com parte da cadeia sucessória já feita aguardando complemento pelos cartórios e dos proprietários. Perfazendo uma área de 501.279,5128ha.

Frisa-se que tal procedimento foi adotado devido a diversos fatores que a Superintendência está passando, principalmente devido a seu reduzido quadro de servidores. O Setor de Cadastro conta hoje com apenas 2 (dois) fiscais de cadastro e tributação rural, que não são responsáveis apenas pelos procedimentos fiscalizatórios, mas por toda e qualquer atualização cadastral de imóveis rurais (atualização cadastral simples, georreferenciamento, processos de desapropriação – toda a rotina do Cadastro).

Cabe aqui salientar que além destes 39 (trinta e nove) processos de áreas acima de 10.000,00ha, foram também abertos outros 134 (cento e trinta e quatro) de áreas acima de 5.000,00ha, estando em tramitação e em várias fases de análises.

Para este exercício, está prevista instrução dos 18 (dezoito) imóveis, que continuam sendo analisados com parte da cadeia sucessória já feita, aguardando complemento pelos cartórios e dos proprietários num total de área de 322.251,1154ha, com levantamento de cadeias dominiais diretamente nos cartórios de localização dos mesmos caso seja necessário. Não é possível o

comprometimento de um número maior, devido à situação acima e também pelo falta de previsão orçamentária até o momento.

Ressaltamos que a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária também é responsável por diversas outras atividades como, fiscalização dos imóveis adquiridos por estrangeiros que hoje somam 208 (duzentos e oito processos) já abertos e também em tramitação, 42 (quarenta e dois) imóveis com processos abertos em função de suspeita de trabalho análogo ao de escravidão, e mais durante o exercício de 2011 foram analisadas 4.667 (quatro mil seiscentos e sessenta e sete) atualizações cadastrais entregues pelo proprietário visando à emissão do CCIR. Além de processos relacionados ao Decreto 62.504/68 e Instrução 17-b e muitas outras atividades também efetuadas pela Divisão. Abaixo, na Tabela XCVIII demonstra-se os processos de fiscalização de imóveis rurais acima de 10.000,00 que estão tramitando nesta Superintendência Regional

Tabela XCVIII Processos de fiscalização de imóveis rurais acima de 10.000,0000 há

	PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO	IMÓVEL	ÁREA	MUNICÍPIO	ESTATUS
1	54400.001160/1999-60	Faz. Rio Verde	71.215,1000	Araguaçu	Arquivado
2	54400.002777/2007-18 54400.000182/2007-10	Faz. Ponte Alta	25.051,1081	Mateiros	Processo encerrado
3	54400.001238/2008-34	Faz. Cachoeira	22.079,3687	Ponte Alta do Tocantins	Processo encerrado
4	54400.000920/2008-18	Faz. Planeta	22.074,9481	Lagoa da Confusão	Em reanálise
5	54400.002387/2006-06	Faz. Vista alegre	20.685,8979	Araguanã	Pendência de notificação da cadeia dominial.
6	54400.001471/2007-36	Faz. Cachoeira	20.397,5760	Araguaçu	Em reanálise
7	54400.000394/2011-83	Faz. Sapucaia	20.170,9198	Piraquê	Em análise
8	VOLUMES 01 À 12 - FISC.	Faz. Cobrape	20.026,8443	Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia	Pendência de notificação
9	54400.000515/2007-19	Faz. Dona Maria	19.922,0929	Araguaína	Processo encerrado parte da cadeia sucessória regular
10	54400.000859/2009-81	Faz. Lages	19.576,6283	Paraná	Pendência de notificação
11	54400.002123/2010-81	Faz. Boa Fortuna	18.403,0490	Pium	Pendência, aguardando apresentação das pendências da cadeia dominial.
12	54400.000918/2008-31	Faz. Lago Grande	18.249,2477	Sandolândia e Formoso do Araguaia	Em reanálise
13	54400.002775/2007-11	Faz. Ipanema	17.493,0438	Divinópolis	Processo encaminhado ao Incra/Sede.
14	54400.002888/2009-88	Faz. Novo Horizonte	17.127,6741	Muricilândia e Santa Fé	Pendência de notificação cartografia

15	54400.002056/2010-03	Faz. Rio Preto e Tata do Vale	16.677,8281	Araguaína	Em análise
16	54400.002369/2009-10	Faz. Manduca	16.507,7763	Novo Acordo	Em análise
17	54400.002078/2007-60 54400.001221/2001-19 54400.001219/2001-31	Faz. Trindade	16.163,6845	Lagoa da Confusão	Processo encerrado
18	54400.000076/2005-74 54400.00092/2005-67 54400.000253/2005-12 54400.00429/2006-17	Fazenda Yara I, II Toca do Lobo, Cabeceira Nova e Mansidão	15.758,7177	Santa Rosa do Tocantins	Processo encerrado
19	54400.002007/2010-62	Faz. Santa Rosa	15.333,5629	Mateiros	Em análise
20	54400.002018/2008-28	Faz. Lagoão	14.963,4000	Sandolândia	Em análise
21	54400.001957/2006-50	Faz. Ampar	14.543,4590	Dianópolis	Em análise
22	54400.000500/2000-96	FAZ. JAN, JAN II, III E IV.	14.317,4535	Pium	Em análise
23	54400.000364/2008-71	Faz. Rancho Novo	13.838,4694	Rio da Conceição	Em análise
24	54400.002095/2007-05	Faz. Pé do Morro	12.863,3733	Miranorte/Rio dos Bois/Fortaleza do Tabocão	Processo encerrado
25	54400.000893/2008-75	Faz. Natal, Lago Grande e Flores	12.393,4620	Xambioá	Processo com parte da cadeia sucessória regular
26	54400.000931/2008-80	Faz. Pedra Riscada	12.278,4319	São Salvador	Em análise
27		Gleba Santana	12.275,1445	Cachoeirinha e Luzinópolis	Certificado, arquivado
28	54400.002633/2009-09	Unificação dos lotes 01 a 15 lotº Ponte alta	12.225,1988	Mateiros	Em reanálise
29	54400.002218/2010-03	Faz. Agua limpa I e II	12.108,2240	Sandolândia	Em análise
30	54400.001827/2001-46	Faz. Rio do Peixe	11.890,3381	Peixe	Pendência de notificação
31	54400.002241/2010-90	Faz. Grande Oriente Tupiara I e II	11.531,9252	Paraná	Em análise
32	54400.002219/2010-40	Faz. Araguacema	11.431,6161	Araguacema	Em análise
33	54400.002298/2008-74	Faz. San Vito	11.206,3830	Almas	Processo encerrado
34	54400.000498/2000-46	Faz. São Bento e Itaguassú	11.054,1073	Araguacema	Em análise
35	54400.002793/2007-01	Loteamento Ampar	10.650,6938	Conceição do Tocantins	Em análise

36	54400.00251/2010-79	Faz. Conquista I, II, e III	10.609,6450	Dianópolis	Em análise
37	54400.000907/2008-51	Faz. Imperador	10.571,6430	Pium	Em análise
38	54400.002076/2007-71	Faz. Bocalon I, II, III e Faz. Taboca	10.446,4343	Divinópolis	Em análise
39	54.400.000909/2008-40	Lotes 42, 42-a, 48, 49 e 50 Lotº Santo Antonio	10.144,5656	Campos Lindos	Processo encerrado
40	54400.000855/2009-01	Faz. Malasca	10.096,2361	Muricilândia	Em análise

Fonte: Planilha de Acompanhamento SR(26)/F/Serviço de Cadastro Rural

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

- a) Ampliação da quantidade de Projetos de Assentamento com licenças ambientais protocolizadas e expedidas pelo órgão ambiental estadual;
- b) Redução do volume de crédito orçamentário inscrito em restos a pagar;
- c) Ampliação do quadro de servidores com a posse de aprovados no último concurso público realizado pela instituição;
- d) Atendimento da crescente demanda de ações por parte dos movimentos sociais nas áreas de assentamento de trabalhadores sem terra e qualificação dos projetos de assentamento;
- e) Consolidação das ações de controle interno;
- f) Orçamento para fazer frente a demanda dos projetos de assentamentos na área de saneamento e abastecimento;
- g) Cobrar e buscar apoio para liberação de financeiro para fazer face ao crédito orçamentário empenhado.

Informa-se que as dificuldades apontadas e a execução de ações de mitigações fogem à governabilidade desta Regional, uma vez que estão em um primeiro momento condicionadas às decisões políticas de nível nacional e relacionadas também com capacidade operacional desta regional que sofre reduções em seu quadro há vários exercícios.

20. ANEXO I - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373085/37201 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	1.046,82	0,00	DESPESAS CORRENTES	7.373.629,12	15.302.582,25
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.046,82	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.435,72	14.416,23
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.269.210,51	15.162.713,93
ORCAMENTO DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-547,68	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E	0,00	1.855.079,50
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	10.264.462,20	15.679.261,53	MUNICIPIOS OUTRAS DESPESAS	7.269.210,51	13.307.634,43
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	9.465.892,32	14.835.067,54	DESPESA ENTRE ORGAOS DO	100.982,89	125.452,09
RECEBIDAS SUB-REPASSE RECEBIDO	9.465.892,32	14.835.067,54	ORCAMENTO OUTRAS DESPESAS	100.982,89	125.452,09
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	9.465.892,32	14.835.067,54	CORRENTES	60.204.498,12	36.144.737,64
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	798.569,88	844.193,99	DESPESAS DE CAPITAL	21.421.826,65	7.987.926,66
ORDEM DE TRANSFERENCIA	798.569,88	843.646,31	INVESTIMENTOS	38.782.671,47	28.156.810,98
RECEBIDA TRANSFERENCIAS	749.264,45	785.547,68	INVERSOES FINANCEIRAS	1.154.116,44	3.131.622,79
RECEBIDAS	49.305,43	58.098,63	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	1.154.116,44	3.131.622,79
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS	0,00	547,68	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	1.153.069,62	3.131.622,79
CONCEDIDAS TRANSFERENCIAS DIVERSAS	178.672.399,58	130.834.314,81	ORDEM DE TRANSFERENCIA	368.233,76	1.247.214,79
RECEBIDAS	44.400.466,44	41.629.868,18	CONCEDIDA TRANSFERENCIAS	784.835,86	1.884.408,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	44.400.466,44	41.629.868,18	CONCEDIDAS	1.046,82	0,00
VALORES EM CIRCULACAO	69.035.937,13	45.548.296,57	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS	120.205.664,92	91.934.085,98
RECURSOS ESPECIAIS A	179.045,90	151.660,74	RECEBIDAS TRANSFERENCIAS DIVERSAS	66.019.859,59	44.400.466,44
RECEBER OBRIGACOES EM	179.045,90	151.660,74	CONCEDIDAS	66.019.859,59	44.400.466,44
CIRCULACAO	68.700.992,66	45.142.435,83	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	44.400.466,44	41.629.868,18
FORNECEDORES	65.790.509,87	43.994.605,70	VALORES EM CIRCULACAO	151.660,74	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	2.910.482,79	1.147.830,13	RECURSOS ESPECIAIS A	151.660,74	0,00
RESTOS A PAGAR	155.000,00	254.200,00	RECEBER OBRIGACOES EM	43.994.605,70	41.474.868,18
NAO PROCESSADOS A	155.000,00	254.200,00	CIRCULACAO	254.200,00	155.000,00
LIQUIDAR CANCELADO	898,57	0,00	FORNECEDORES	254.200,00	155.000,00
OPERACOES DE CREDITOS EM	65.235.996,01	43.656.150,06	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	9.785.338,89	5.903.751,36
LIQUIDACAO EM CONTRATOS	65.132.924,61	43.644.880,46	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	9.785.338,89	5.903.203,68
OUTROS DEBITOS	65.132.924,61	43.644.880,46	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	9.785.338,89	5.903.203,68
AJUSTES DE DIREITOS E	103.071,40	11.269,60	EM CONTRATOS	0,00	547,68
OBRIGACOES INCORPORACAO DE	103.071,40	11.269,60	AJUSTES DE DIREITOS E	0,00	547,68
INGRESSOS	188.937.908,60	146.513.028,66	DISPENDIOS	188.937.908,60	146.513.028,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373085/37201 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	63.325.464,12	66.019.859,59	PASSIVO FINANCEIRO	63.573.005,08	66.125.454,34
CREDITOS EM CIRCULACAO	63.325.464,12	66.019.859,59	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	63.573.005,08	66.125.454,34
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	243.595,73	886.934,98	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	179.944,47	179.944,47
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	63.081.868,39	65.132.924,61	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	544.559.400,08	541.176.673,69	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	898,57	898,57
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	86.483.919,63	84.707.420,21	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	179.045,90	179.045,90
CREDITOS EM CIRCULACAO	-54.755.362,65	-56.525.069,07	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	63.210.393,68	65.790.509,87
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-63.081.868,39	-65.132.924,61	A LIQUIDAR	63.210.393,68	65.790.509,87
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	8.326.342,56	8.607.692,36	CREDORES DIVERSOS	155.000,00	155.000,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	163,18	163,18	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	27.666,93	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	141.239.282,28	141.232.489,28	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-63.210.393,68	-65.790.509,87
ESTOQUES	55.531,79	48.738,79	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-63.210.393,68	-65.790.509,87
TITULOS E VALORES	141.183.750,49	141.183.750,49	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	376.117.290,59	376.117.290,59	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-63.210.393,68	-65.790.509,87
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	376.117.290,59	376.117.290,59	PASSIVO REAL	362.611,40	334.944,47
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	126.333.772,61	126.333.772,61	PATRIMONIO LIQUIDO	607.522.252,80	606.861.588,81
CREDITOS A RECEBER	249.783.517,98	249.783.517,98	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	522.467.302,73
PERMANENTE	81.958.189,86	80.351.962,89	PATRIMONIO	0,00	522.467.302,73
IMOBILIZADO	81.945.232,43	80.339.005,46	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-15.336,36	-15.336,36
BENS MOVEIS E IMOVEIS	82.162.930,19	80.524.137,58	RESULTADOS ACUMULADOS	606.876.925,17	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-217.697,76	-185.132,12	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	606.876.925,17	0,00
INTANGIVEL	12.957,43	12.957,43	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
ATIVO REAL	607.884.864,20	607.196.533,28	RESULTADO DO PERIODO	660.663,99	84.409.622,44
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	607.884.864,20	607.196.533,28
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-607.224.200,21	-522.786.910,84
ATIVO COMPENSADO	142.649.383,85	141.115.215,56	PASSIVO COMPENSADO	142.649.383,85	141.115.215,56
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	142.649.383,85	141.115.215,56	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	142.649.383,85	141.115.215,56
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	966.394,72	840.155,15	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	966.394,72	840.155,15
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	66.617.994,46	66.014.701,08	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	66.617.994,46	66.014.701,08
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.027.389,75	2.222.754,41	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.027.389,75	2.222.754,41
OUTRAS COMPENSACOES	72.037.604,92	72.037.604,92	COMPENSACOES DIVERSAS	72.037.604,92	72.037.604,92
ATIVO	750.534.248,05	748.311.748,84	PASSIVO	750.534.248,05	748.311.748,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373085/37201 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TIT	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	596.819,91	114.228.282,97	ORCAMENTARIAS	297.980,84	67.654.266,16
RECEITAS	955,20	1.046,82	DESPESAS	297.980,84	7.373.629,12
CORRENTES	955,20	1.046,82	CORRENTES	6.713,22	3.435,72
OUTRAS RECEITAS	561.786,97	9.465.892,32	PESSOAL E ENCARGOS	290.538,74	7.269.210,51
CORRENTES	561.786,97	9.465.892,32	SOCIAIS OUTRAS DESPESAS	728,88	100.982,89
INTERFERENCIAS ATIVAS	561.786,97	9.465.892,32	CORRENTES	728,88	100.982,89
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	34.077,74	104.761.343,83	DESPESA ENTRE ORGAOS DO	0,00	60.204.498,12
RECEBIDAS SUB-REPASSE RECEBIDO	34.077,74	53.149.187,21	ORCAMENTO OUTRAS DESPESAS	0,00	21.421.826,65
MUTACOES ATIVAS	5.577,74	45.820.453,56	CORRENTES	0,00	38.782.671,47
INCORPORACOES DE	28.500,00	7.328.733,65	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	76.138,92
ATIVOS	0,00	51.612.156,62	INVESTIMENTOS	0,00	76.138,92
AQUISICOES DE BENS	4.039.764,96	147.962.031,43	INVERSOES	0,00	76.138,92
INCORPORACAO DE	150.183,60	12.575.756,85	FINANCEIRAS	3.677.940,04	110.126.425,80
CREDITOS	183,60	11.777.186,97	MUTACOES PASSIVAS	556.709,70	1.520.421,56
DESINCORPORACAO DE	150.000,00	798.569,88	DESINCORPORACOES DE	0,00	366.305,12
PASSIVOS RESULTADO EXTRA-	3.889.581,36	135.386.274,58	ATIVOS	555.754,50	1.153.069,62
ORCAMENTARIO	3.889.579,20	132.372.720,39	LIQUIDACAO DE CREDITOS	955,20	1.046,82
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.549.532,13	2.509.406,47	RESULTADO EXTRA-	3.121.230,34	108.606.004,24
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES	98.840,65	233.396,93	ORCAMENTARIO	508.548,51	78.671.637,75
RECEBIDOS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	2.241.206,42	129.629.916,99	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	1.281.389,46
RECEBIDAS	2,16	3.013.554,19	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES	8.548,51	615.827,28
ACRESCIMOS			CONCEDIDO TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	500.000,00	76.774.421,01
PATRIMONIAIS			CONCEDIDAS MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	32.565,64	118.114,04
INCORPORACOES DE			DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	32.565,64	118.114,04
ATIVOS			DESINCORPORACOES DE	2.580.116,19	29.816.252,45
INCORPORACAO DE BENS			ATIVOS	660.663,99	84.409.622,44
IMOVEIS INCORPORACAO DE			BAIXA DE BENS	660.663,99	84.409.622,44
VARIACOES ATIVAS	4.636.584,87	262.190.314,40	VARIACOES PASSIVAS	4.636.584,87	262.190.314,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373085/37201 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE TOCANTINS/SR-26
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	1.181.739,31	297.980,84	883.758,47
					DESPESAS CORRENTES	0,00	1.181.739,31	297.980,84	883.758,47
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	10.056,07	6.713,22	3.342,85
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	1.171.683,24	291.267,62	880.415,62
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	1.181.739,31	297.980,84	883.758,47
TOTAL					TOTAL	0,00	1.181.739,31	297.980,84	883.758,47
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	297.980,84	-297.980,84	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	297.980,84	-297.980,84	TOTAL GERAL	0,00	1.181.739,31	297.980,84	883.758,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133084/37201 - PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO			DESPESAS CORRENTES	4.125,00	272.221,60
ORCAMENTO TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	37.183,64	274.685,06	OUTRAS DESPESAS	4.125,00	272.221,60
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	10.123,64	10.013,80	CORRENTES OUTRAS	4.125,00	272.221,60
RECEBIDAS VALORES DIFERIDOS - BAIXA	10.123,64	10.013,80	DESPESAS	0,00	46.849,57
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	27.060,00	264.671,26	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	0,00	10.123,64
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	27.060,00	264.671,26	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	0,00	10.123,64
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	27.060,00	260.621,26	CONCEDIDAS VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	36.725,93
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS	0,00	4.050,00	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	36.725,93
CONCEDIDAS INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	108.220,31	148.560,19	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	0,00	36.725,93
VALORES EM CIRCULACAO	63.888,90	20.142,59	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS	141.278,95	104.174,08
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	63.888,90	20.142,59	RECEBIDAS DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	77.390,05	63.888,90
VALORES PENDENTES A CURTO	0,00	10.123,64	VALORES EM CIRCULACAO	77.390,05	63.888,90
PRAZO VALORES DIFERIDOS	0,00	10.123,64	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	10.123,64	10.013,80
DEPOSITOS	31,53	31,53	VALORES PENDENTES A CURTO	10.123,64	10.013,80
RECURSOS DO TESOURO	31,53	31,53	PRAZO VALORES DIFERIDOS	31,53	0,00
NACIONAL OBRIGACOES EM	44.299,88	54.373,53	DEPOSITOS	31,53	0,00
CIRCULACAO	2.417,30	2.417,30	RECURSOS DO TESOURO	53.733,73	10.128,79
FORNECEDORES	0,00	2.408,18	NACIONAL OBRIGACOES EM	2.417,30	9,12
DO EXERCICIO	2.417,30	9,12	CIRCULACAO	2.417,30	9,12
DE EXERCICIOS	28.277,71	42.476,36	FORNECEDORES	41.836,56	639,80
ANTERIORES RESTOS A PAGAR	28.277,71	41.836,56	DE EXERCICIOS ANTERIORES	440,88	440,88
NAO PROCESSADOS A	0,00	639,80	RP'S NAO PROCESSADOS -	9.038,99	9.038,99
LIQUIDAR CANCELADO	4.565,88	440,88	INSCRICAO VALORES EM TRANSITO	0,00	20.142,59
VALORES EM	9.038,99	9.038,99	OUTROS DEBITOS	0,00	20.142,59
TRANSITO OUTROS	0,00	63.888,90	AJUSTES DE DIREITOS E	0,00	20.142,59
DEBITOS	0,00	63.888,90	OBRIGACOES BAIXA DE DIREITOS		
AJUSTES DE DIREITOS E	0,00	63.888,90	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		
INGRESSOS	145.403,95	423.245,25	DISPENDIOS	145.403,95	423.245,25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133084/37201 - PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	77.390,05	63.888,90	PASSIVO FINANCEIRO	44.331,41	63.888,90
CREDITOS EM CIRCULACAO	77.390,05	63.888,90	DEPOSITOS	31,53	31,53
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	13.501,15	0,00	RECURSOS DO TESOURO	31,53	31,53
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	63.888,90	63.888,90	NACIONAL OBRIGACOES EM	44.299,88	53.733,73
ATIVO NAO FINANCEIRO	21.312.473,83	21.308.805,31	CIRCULACAO	11.456,29	11.456,29
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-49.808,17	-53.535,61	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	2.408,18
CREDITOS EM CIRCULACAO	-59.763,90	-63.888,90	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.417,30	9,12
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-	-63.888,90	-63.888,90	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	0,00
RETIFIC ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.125,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	9.038,99	9.038,99
BENS E VALORES EM	9.955,73	10.353,29	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	28.277,71	41.836,56
CIRCULACAO ESTOQUES	9.955,73	10.353,29	RESTOS A PAGAR NAO	28.277,71	41.836,56
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	20.627.111,70	20.627.111,70	PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.565,88	440,88
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO	20.627.111,70	20.627.111,70	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00	10.123,64
PRAZO EMPRESTIMOS E	20.571.785,51	20.571.785,51	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	10.123,64
FINANCIAMENTOS CREDITOS A	55.326,19	55.326,19	VALORES DIFERIDOS	-28.277,71	-41.836,56
RECEBER	735.170,30	735.229,22	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-28.277,71	-41.836,56
PERMANENTE	735.170,30	735.229,22	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	735.554,22	735.554,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	-28.277,71	-41.836,56
BENS MOVEIS E IMOVEIS	-383,92	-325,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A	16.053,70	22.052,34
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E	21.389.863,88	21.372.694,21	LIQUID PASSIVO REAL	21.373.810,18	21.350.641,87
EXAUSTOES ATIVO REAL			PATRIMONIO LIQUIDO	0,00	21.347.257,39
			PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	21.347.257,39
			PATRIMONIO	-128,60	-128,60
			AJUSTE DE EXERCICIOS	21.350.770,47	0,00
			ANTERIORES RESULTADOS	21.350.770,47	0,00
			ACUMULADOS	0,00	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS	23.168,31	3.513,08
			ANTERIORES AJUSTES DO	21.389.863,88	21.372.694,21
			PATRIMONIO/CAPITAL RESULTADO DO	-21.366.695,57	-21.369.181,13
	51.469,46	47.338,86	PERIODO	51.469,46	47.338,86
ATIVO COMPENSADO	51.469,46	47.338,86	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	51.469,46	47.338,86
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	16.965,95	12.840,95	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	16.965,95	12.840,95
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	34.503,51	34.497,91	PASSIVO COMPENSADO	34.503,51	34.497,91
ATIVO	21.441.333,34	21.420.033,07	PASSIVO	21.441.333,34	21.420.033,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133084/37201 - PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	77.390,05	63.888,90	PASSIVO FINANCEIRO	44.331,41	63.888,90
CREDITOS EM CIRCULACAO	77.390,05	63.888,90	DEPOSITOS	31,53	31,53
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	13.501,15	0,00	RECURSOS DO TESOURO	31,53	31,53
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	63.888,90	63.888,90	NACIONAL OBRIGACOES EM	44.299,88	53.733,73
ATIVO NAO FINANCEIRO	21.312.473,83	21.308.805,31	CIRCULACAO	11.456,29	11.456,29
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-49.808,17	-53.535,61	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	0,00	2.408,18
CREDITOS EM CIRCULACAO	-59.763,90	-63.888,90	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	2.417,30	9,12
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-	-63.888,90	-63.888,90	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	0,00	0,00
RETIFIC ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.125,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	9.038,99	9.038,99
BENS E VALORES EM	9.955,73	10.353,29	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	28.277,71	41.836,56
CIRCULACAO ESTOQUES	9.955,73	10.353,29	RESTOS A PAGAR NAO	28.277,71	41.836,56
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	20.627.111,70	20.627.111,70	PROCESSADOS A LIQUIDAR	4.565,88	440,88
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO	20.627.111,70	20.627.111,70	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00	10.123,64
PRAZO EMPRESTIMOS E	20.571.785,51	20.571.785,51	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	10.123,64
FINANCIAMENTOS CREDITOS A	55.326,19	55.326,19	VALORES DIFERIDOS	-28.277,71	-41.836,56
RECEBER	735.170,30	735.229,22	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-28.277,71	-41.836,56
PERMANENTE	735.170,30	735.229,22	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	735.554,22	735.554,22	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	-28.277,71	-41.836,56
BENS MOVEIS E IMOVEIS	-383,92	-325,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A	16.053,70	22.052,34
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E	21.389.863,88	21.372.694,21	LIQUID PASSIVO REAL	21.373.810,18	21.350.641,87
EXAUSTOES ATIVO REAL			PATRIMONIO LIQUIDO	0,00	21.347.257,39
			PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	21.347.257,39
			PATRIMONIO	-128,60	-128,60
			AJUSTE DE EXERCICIOS	21.350.770,47	0,00
			ANTERIORES RESULTADOS	21.350.770,47	0,00
			ACUMULADOS	0,00	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS	23.168,31	3.513,08
			ANTERIORES AJUSTES DO	21.389.863,88	21.372.694,21
			PATRIMONIO/CAPITAL RESULTADO DO	-21.366.695,57	-21.369.181,13
			PERIODO	51.469,46	47.338,86
ATIVO COMPENSADO	51.469,46	47.338,86	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	51.469,46	47.338,86
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	16.965,95	12.840,95	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	16.965,95	12.840,95
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	34.503,51	34.497,91	PASSIVO COMPENSADO	34.503,51	34.497,91
ATIVO	21.441.333,34	21.420.033,07	PASSIVO	21.441.333,34	21.420.033,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133084/37201 - PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	24.776,49	194.476,97	ORCAMENTARIAS	4.125,00	292.695,19
INTERFERENCIAS ATIVAS	10.123,64	10.013,80	DESPESAS CORRENTES	4.125,00	272.221,60
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	10.123,64	10.013,80	OUTRAS DESPESAS	4.125,00	272.221,60
RECEBIDAS VALORES DIFERIDOS - BAIXA	10.123,64	10.013,80	CORRENTES INTERFERENCIAS	0,00	10.123,64
MUTACOES ATIVAS	14.652,85	184.463,17	PASSIVAS	0,00	10.123,64
INCORPORACOES DE ATIVOS	14.652,85	142.626,61	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00	10.123,64
AQUISICOES DE BENS	10.527,85	132.183,44	CONCEDIDAS VALORES DIFERIDOS -	0,00	10.349,95
INCORPORACAO DE CREDITOS	4.125,00	10.443,17	INSCRICAO	0,00	10.349,95
DESINCORPORACAO DE	0,00	41.836,56	MUTACOES PASSIVAS	0,00	10.349,95
PASSIVOS RESULTADO EXTRA-	27.060,00	361.517,20	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	24.543,18	259.785,90
ORCAMENTARIO	27.060,00	276.845,91	LIQUIDACAO DE CREDITOS	0,00	37.588,24
INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	12.174,65	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	0,00	862,31
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES	27.060,00	264.671,26	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	36.725,93
RECEBIDOS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	0,00	84.671,29	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES	24.543,18	222.197,66
RECEBIDAS	0,00	84.031,49	CONCEDIDO TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	10.925,41	221.361,46
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	84.031,49	CONCEDIDAS	10.925,41	137.236,75
INCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	639,80	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	84.124,71
INCORPORACAO DE DIREITOS			DESINCORPORACOES DE ATIVOS	58,92	196,40
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS			BAIXA DE BENS	58,92	196,40
DEFICIT			MOVEIS BAIXA DE	13.558,85	639,80
			DIREITOS	23.168,31	3.513,08
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	23.168,31	3.513,08
VARIACOES ATIVAS	51.836,49	555.994,17	VARIACOES PASSIVAS	51.836,49	555.994,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	133084/37201 - PROJETO FUNDIARIO ARAGUAINA
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	13.500,00	4.125,00	9.375,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	13.500,00	4.125,00	9.375,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	13.500,00	4.125,00	9.375,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	13.500,00	4.125,00	9.375,00
TOTAL					TOTAL	0,00	13.500,00	4.125,00	9.375,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	4.125,00	-4.125,00	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	4.125,00	-4.125,00	TOTAL GERAL	0,00	13.500,00	4.125,00	9.375,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373079/37201 - UNIDADE FUNDIARIA DE GURUPI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	70.977,03	49.482,53	PASSIVO FINANCEIRO	48.254,53	49.482,53
CREDITOS EM CIRCULACAO	70.977,03	49.482,53	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	48.254,53	44.354,53
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	21.494,50	0,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	395,78	395,78
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	49.482,53	49.482,53	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	6.235.745,99	6.232.221,20	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	395,78	395,78
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-38.355,65	-42.255,65	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	43.958,75	43.958,75
CREDITOS EM CIRCULACAO	-45.582,53	-49.482,53	A LIQUIDAR	43.958,75	43.958,75
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-49.482,53	-49.482,53	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.900,00	0,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.900,00	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	5.128,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	7.226,88	7.226,88	VALORES DIFERIDOS	0,00	5.128,00
ESTOQUES	7.226,88	7.226,88	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-43.958,75	-43.958,75
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	5.846.359,56	5.846.359,56	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-43.958,75	-43.958,75
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	5.846.359,56	5.846.359,56	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.846.359,56	5.846.359,56	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-43.958,75	-43.958,75
PERMANENTE	427.742,08	428.117,29	PASSIVO REAL	4.295,78	5.523,78
IMOBILIZADO	427.742,08	428.117,29	PATRIMONIO LIQUIDO	6.302.427,24	6.276.179,95
BENS MOVEIS E IMOVEIS	430.619,13	430.619,13	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	6.276.941,47
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-2.877,05	-2.501,84	PATRIMONIO	0,00	6.276.941,47
ATIVO REAL	6.306.723,02	6.281.703,73	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.250,95	-1.250,95
			RESULTADOS ACUMULADOS	6.277.430,90	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.277.430,90	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	26.247,29	489,43
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	6.306.723,02	6.281.703,73
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-6.280.475,73	-6.281.214,30
ATIVO COMPENSADO	171.918,36	175.218,36	PASSIVO COMPENSADO	171.918,36	175.218,36
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	171.918,36	175.218,36	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	171.918,36	175.218,36
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	8.948,03	5.048,03	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	8.948,03	5.048,03
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	162.970,33	170.170,33	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	162.970,33	170.170,33
ATIVO	6.478.641,38	6.456.922,09	PASSIVO	6.478.641,38	6.456.922,09



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373079/37201 - UNIDADE FUNDIARIA DE GURUPI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ORCAMENTARIAS	9.028,00	90.509,99	ORCAMENTARIAS	11.100,00	148.376,90
INTERFERENCIAS ATIVAS	5.128,00	7.386,48	DESPESAS CORRENTES	11.100,00	140.331,90
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.128,00	7.386,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.100,00	140.331,90
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	5.128,00	7.386,48	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	5.128,00
MUTACOES ATIVAS	3.900,00	83.123,51	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	5.128,00
INCORPORACOES DE ATIVOS	3.900,00	39.164,76	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	0,00	5.128,00
AQUISICOES DE BENS	0,00	31.063,01	MUTACOES PASSIVAS	0,00	2.917,00
INCORPORACAO DE CREDITOS	3.900,00	8.101,75	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	2.917,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	43.958,75	LIQUIDACAO DE CREDITOS	0,00	2.917,00
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	28.694,50	194.386,31	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	375,21	136.029,97
INTERFERENCIAS ATIVAS	28.694,50	111.688,64	INTERFERENCIAS PASSIVAS	0,00	12.535,03
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	6.572,64	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	12.535,03
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	28.694,50	105.116,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	375,21	123.494,94
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	0,00	82.697,67	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	105.982,21
INCORPORACOES DE ATIVOS	0,00	69.734,45	BAIXA DE BENS MOVEIS	0,00	34.361,63
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,00	3.298,62	BAIXA DE DIREITOS	0,00	71.620,58
INCORPORACAO DE DIREITOS	0,00	66.435,83	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	375,21	1.250,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	12.963,22	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	375,21	1.250,89
DEFICIT			INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	16.261,84
			RESULTADO PATRIMONIAL	26.247,29	489,43
			SUPERAVIT	26.247,29	489,43
VARIACOES ATIVAS	37.722,50	284.896,30	VARIACOES PASSIVAS	37.722,50	284.896,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373079/37201 - UNIDADE FUNDIARIA DE GURUPI
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	21.494,50	11.100,00	10.394,50
					DESPESAS CORRENTES	0,00	21.494,50	11.100,00	10.394,50
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	21.494,50	11.100,00	10.394,50
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	21.494,50	11.100,00	10.394,50
TOTAL					TOTAL	0,00	21.494,50	11.100,00	10.394,50
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	11.100,00	-11.100,00	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	11.100,00	-11.100,00	TOTAL GERAL	0,00	21.494,50	11.100,00	10.394,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO PATRIMONIAL - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373086/37201 - UNIDADE AVANCADA ARAGUATINS
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2012	MES DEZ(ABERTO)
EMISSAO 16/03/2012	PAGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TITULOS	2012	2011	TITULOS	2012	2011
ATIVO FINANCEIRO	387,56	387,56	PASSIVO FINANCEIRO	185,44	387,56
CREDITOS EM CIRCULACAO	387,56	387,56	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	185,44	185,44
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	239,36	239,36	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	185,44	185,44
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	148,20	148,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	492.696,26	492.696,26	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	185,44	185,44
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-103,74	-103,74	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	202,12
CREDITOS EM CIRCULACAO	-103,74	-103,74	VALORES DIFERIDOS	0,00	202,12
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-148,20	-148,20	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO	44,46	44,46	PASSIVO REAL	185,44	387,56
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	492.800,00	492.800,00	PATRIMONIO LIQUIDO	492.898,38	492.696,26
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	492.800,00	492.800,00	PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	492.703,49
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	492.800,00	492.800,00	PATRIMONIO	0,00	492.703,49
ATIVO REAL	493.083,82	493.083,82	RESULTADOS ACUMULADOS	492.696,26	0,00
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	492.696,26	0,00
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00
			RESULTADO DO PERIODO	202,12	-7,23
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	493.083,82	493.083,82
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-492.881,70	-493.091,05
ATIVO	493.083,82	493.083,82	PASSIVO	493.083,82	493.083,82

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Está em elaboração no âmbito da Autarquia o SICCI – Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação ainda não possui data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão a curto prazo para sua operacionalização. A partir da entrada em funcionamento do software, os dados referentes aos créditos recebidos pelos parceiros serão alimentados no sistema, sendo em seguida iniciado o processo de envio da GRU – Guia de Recolhimento da União, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.

Dada à complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram abordados em reunião ocorrida no dia 17 de novembro de 2011, na Sede desta Autarquia, a qual contou com a participação de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria Interna, além de técnicos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Na oportunidade foram apresentados a situação atual do desenvolvimento do SICCI, da cobrança do crédito, bem assim os demais esforços empreendidos para sanear com a maior brevidade possível as recomendações dos referidos Órgãos de Controle, inclusive as dificuldades para registrar a provisão.

Enquanto não entrar em vigor da cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.

Diante do contexto, enquanto perdurar esta situação, não resta outra alternativa a não ser consignar no relatórios anuais de contas os motivos da não contabilização da provisão, pois somente a partir dos dados extraídos do sistema é que a Contabilidade poderá efetuar os registros contábeis.